

Monografia

Violência e Criminalidade em Vilas e Favelas dos Grandes Centros Urbanos: um Estudo de Caso da Pedreira Prado Lopes

Luís Felipe Zilli do Nascimento*

Introdução

Durante o ano de 2004, 60 pessoas foram assassinadas na favela Pedreira Prado Lopes (PPL), aglomerado localizado na região Noroeste de Belo Horizonte. Na média, isso significa dizer que, no ano passado, uma pessoa tombou morta a cada cinco dias nas ruas daquela que é uma das vilas mais densamente povoadas da capital mineira, com cerca de 12 mil moradores ocupando uma área de aproximadamente 142 mil metros quadrados. Estes números demonstram que, entre janeiro e setembro de 2004, a PPL possuía uma taxa de 4,16 homicídios por cada grupo de mil habitantes. Apenas para efeito de comparação, basta observar que, durante o mesmo período, toda a cidade de Belo Horizonte, que possui cerca de 2 milhões de habitantes, registrou cerca de 900 homicídios. Estatisticamente, uma taxa de 0,45 assassinatos por cada grupo de mil habitantes. Estes números demonstram que, proporcionalmente, matou-se quase dez vezes mais na Pedreira Prado Lopes durante o ano de 2004 do que no restante da cidade¹.

Apesar de apresentar taxas de homicídios desproporcionalmente altas, é preciso ressaltar que a Pedreira Prado Lopes não constitui um caso atípico. Ao contrário, pode-se dizer que as taxas de criminalidade registradas naquela localidade se enquadram em um padrão que atualmente tem-se tornado bastante comum nos grandes centros urbanos do País. Em Belo Horizonte, por exemplo, estudos já demonstraram que, além da PPL, outras cinco favelas da cidade também registram altíssimas taxas de violência e criminalidade (Beato *et al.*, 2001). Seus índices de criminalidade são tão maiores do que no restante da cidade que, juntas, estas seis localidades são palco de aproximadamente 20% de todos os assassinatos cometidos em BH (Beato *et al.*, 2003). E não há qualquer razão para acreditar que esta realidade seja diferente em outras grandes cidades do Brasil.

* 1º colocado, na categoria profissional, do VIII Concurso Nacional de Monografias do TRF-1ª Região.

Portanto, é preciso trabalhar de antemão com a idéia de que, tanto em BH quanto em muitos outros grandes centros urbanos, a violência e a criminalidade não se distribuem de maneira uniforme pelas cidades, como poderiam fazer crer a mídia e o senso comum. Existem determinadas regiões nestas metrópoles onde a criminalidade manifesta-se de maneira infinitamente mais intensa. E não há como deixar de notar que tais áreas quase sempre se caracterizam por serem vilas, favelas ou regiões bastante deterioradas destes grandes centros urbanos.

Justamente por isso, o presente trabalho tem como objetivo compreender o que existe de específico nessas localidades das grandes cidades que faz com que elas sejam assoladas por taxas de criminalidade muito maiores do que o restante do Município nos quais estão inseridas. Torna-se fundamental entender como é que, nestes locais, uma série de fatores históricos, socioeconômicos, geográficos, culturais e estruturais interagiram e interagem entre si, produzindo um ambiente propício ao surgimento e à consolidação da violência e da criminalidade.

Nesse sentido, este estudo analisa, em profundidade, o caso da favela Pedreira Prado Lopes, aglomerado que, durante o ano de 2004, constituiu-se na localidade mais violenta de Belo Horizonte, devido a sua altíssima taxa de homicídios. Durante o período em que esta pesquisa foi realizada, duas quadrilhas de traficantes protagonizavam um grande conflito armado na favela, numa tentativa de conquistar a hegemonia do comércio de drogas no local. No segundo semestre de 2004, quando o presente estudo já estava em sua fase de conclusão, uma terceira quadrilha surgiu na PPL, em razão de uma dissidência entre os membros de um dos grupos que já existia.

Para dar viabilidade a este estudo de caso, foram realizadas 52 entrevistas com moradores e lideranças comunitárias do aglomerado, como também com traficantes e policiais que lá atuam. Além disso, procurou-se traçar um perfil histórico e socioeconômico daquela comunidade, para tentar delinear com a maior precisão possível o cenário dentro do qual o problema deste estudo se desenvolve. Além das entrevistas, esta pesquisa também contou com dados das Polícias Civil e Militar sobre a favela, além de informações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que possui em seus arquivos um rico material sobre a Pedreira Prado Lopes. Também foram utilizados dados de pesquisas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), órgão vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Para tentar compreender a realidade da violência e da criminalidade da PPL, este estudo se fundamentará em duas linhas teóricas bastante difundidas na Sociologia do Crime. A primeira delas é conhecida como a “Teoria da Desorganização Social” e foi proposta por Shaw e McKay na década de 1940. Em linhas gerais, ela trabalha com a idéia de que vizinhanças que apresentam características

como altas taxas de rotatividade residencial, heterogeneidade populacional/étnica e baixa coesão social tendem a constituir ambientes socialmente desorganizados e, conseqüentemente, extremamente criminógenos. A segunda linha teórica, “Teoria da Eficácia Coletiva”, proposta inicialmente por Robert Sampson e Stephen Raundenbush (1996), por sua vez, trabalha com a idéia de que, em determinadas comunidades marcadas pela concentração de desvantagens estruturais, como notavelmente é o caso de vilas e favelas, a falência de instituições formais e informais de socialização e controle – como famílias, escolas, igrejas e associações de bairro – seria a principal responsável pela desarticulação de todo o tecido social daquelas comunidades e, conseqüentemente, pela completa incapacidade que estas populações demonstram de se mobilizar para impedir ou controlar o surgimento da violência e da criminalidade.

Observa-se claramente, portanto, que ambas as linhas de pensamento trabalham com a idéia de que o crime seria conseqüência direta ou indireta de como se articulam, dentro de determinadas comunidades, uma série de fatores e elementos, históricos, estruturais, demográficos, socioeconômicos e culturais. E esta hipótese fundamental também será adotada pelo presente estudo.

1. Contextos empírico e teórico

“Minhas palavras têm a força de uma bala e eu tenho muita munição”
(Grafite pintado em um muro da rua Marcazita)

1.1. Contexto empírico

Somente entre os anos de 1980 e 2000, foram cometidos exatos 598.267 assassinatos no País, segundo dados do IBGE. Ou seja, nos últimos 20 anos, uma pessoa foi morta a cada 20 minutos no Brasil. Baixas infinitamente mais numerosas do que as que foram registradas na grande maioria das guerras ocorridas no planeta, durante o mesmo período. As duas últimas décadas também deixaram bem claro que esta matança tem endereço, idade, classe social, nome e sobrenome. De acordo com diversos levantamentos realizados pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODCCP, 2004), a esmagadora maioria destes crimes acontece nas vilas e favelas dos grandes centros urbanos, principalmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo. Também, na maioria das vezes, o sangue derramado nesta guerra é de jovens pobres e negros, com idades que variam dos 14 aos 25 anos. As mesmas pesquisas também demonstram que, pelo menos no Brasil, grande parte destas mortes pode ser atribuída à sangrenta realidade que gira em torno do tráfico de drogas, dado que também aparece em outros estudos e pesquisas².

Em Belo Horizonte, esta “guerra” parece seguir a mesma lógica daquela que

se vê em outros Estados – tanto no que se refere à distribuição geográfica dos homicídios, quanto naquilo que diz respeito à idade e ao perfil socioeconômico das vítimas. Nos últimos anos, grande parte dos assassinatos cometidos na capital mineira aconteceram em apenas seis favelas da cidade, o que demonstra que a violência, definitivamente, não está homoganeamente distribuída por toda BH. No ano de 2002, por exemplo, 36% dos homicídios registrados em Belo Horizonte aconteceram em vilas e favelas da cidade, em um espaço que não representa nem 4,3% da área total de BH. (Beato *et al.*, 2001).

Justamente por causa do alarmante crescimento da violência urbana no Brasil, e mais especificamente em Belo Horizonte, mais do que nunca, torna-se importantíssimo tentar entender quais elementos estão envolvidos neste processo. Até mesmo para que seja possível elaborar políticas públicas de reversão deste quadro. E uma vez que grande parte desta violência e criminalidade concentra-se nas vilas e favelas dos centros urbanos, coloca-se diante de nós a necessidade fundamental de compreender quais mecanismos históricos, geográficos, sociais, econômicos e culturais presentes especificamente nestas regiões contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento e a consolidação da violência e da criminalidade.

Nesse sentido, o presente estudo escolheu como campo de trabalho a favela Pedreira Prado Lopes, um aglomerado localizado na região Noroeste de Belo Horizonte. De acordo com pesquisas recentes, a PPL (sigla pela qual a favela é conhecida) é uma das seis favelas mais violentas da capital mineira, com altos índices relativos e absolutos de homicídios, além de uma presença maciça de gangues ligadas ao tráfico de drogas.

Levantamentos realizados pelas Polícias Civil e Militar de Minas Gerais indicam que a PPL é hoje o principal ponto de tráfico de *crack* de Belo Horizonte, mercado que movimenta muitos milhões de reais por ano. Há pelo menos quinze anos, grande parte do comércio de entorpecentes desta favela é comandada pela quadrilha de um único traficante, conhecido como Roni Peixoto de Souza. E este, por sua vez, de acordo com investigações da Polícia Federal, seria o “braço direito”, em Minas, do narcotraficante Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”. De tempos em tempos, a comunidade da PPL assiste a algumas “guerras” de rearranjos de poder dentro da favela. Isso acontece devido ao surgimento ocasional de novas quadrilhas, que tentam tomar o poder do grupo já instalado.

1.2. Contexto teórico

Dentro da Sociologia do Crime, vários são os modelos analíticos que se propõem a explicar o surgimento e a consolidação da violência nos bairros pobres e degradados dos grandes centros urbanos. Por isso, antes de procurar fazer qual-

quer estudo sobre o assunto, faz-se necessário discutir e analisar muito daquilo que já foi dito a respeito deste tema.

Logo de início, é possível observar que a grande maioria destes estudos recusa-se a trabalhar com a idéia de que as causas para o surgimento do crime devem ser procuradas nas características individuais dos criminosos. Até porque, a partir do momento em que se tem a comprovação estatística de que a imensa maioria dos homicídios é registrada em meio às comunidades pobres das grandes cidades, fica bastante evidente que as causas da violência e da criminalidade devem ser buscadas dentro destas próprias comunidades e das mais diversas configurações ambientais, estruturais, sociais e até mesmo culturais assumidas por elas. É no campo da análise social, e não da análise individual, portanto, que as causas do crime devem ser buscadas.

Além de estabelecer dentro de qual campo esta discussão deve se desenvolver, também é preciso, desde já, colocar de lado uma crença muito arraigada no imaginário popular: a de que existiria uma relação causal direta entre pobreza e criminalidade, como se a presença do primeiro fator levasse quase que invariavelmente ao surgimento do segundo. Apesar de ainda não haver um consenso pleno a respeito do assunto, diversos estudos³ já demonstraram que não existe necessariamente qualquer relação causal diretamente positiva entre pobreza e crime. Belo Horizonte pode ser tomada como exemplo: existem centenas de vilas e favelas na região metropolitana da cidade. No entanto, apenas uma minoria registra índices expressivos de criminalidade. Na capital propriamente dita, temos apenas seis favelas violentas. Se houvesse qualquer relação causal direta entre pobreza e crime, esta proporção deveria ser, no mínimo, inversa à que se observa (Beato & Reis, 2000).

A concentração de desvantagens econômicas e estruturais em uma comunidade pode, em um primeiro momento, propiciar a desestruturação de diversas instituições sociais. Isto, por sua vez, contribui para o aparecimento de altos índices de criminalidade. No entanto, não existe comprovação de que a pobreza em si seja um causador direto da criminalidade.

Nesse nó de problemas, muitos fios têm que ser desembaraçados e metodicamente percorridos para que se retome a costura. Um deles é o da relação entre criminalidade e pobreza. As explicações deterministas e reducionistas vêem nos pobres sistematicamente os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência. Se é inegável que crises econômicas e sociais podem ser associadas ao aumento de certos tipos de crime, a equação não se explica pela relação direta e imediata entre a baixa renda e a criminalidade. Essa equação assim posta, apesar de falsa, acaba por criar estereótipos fortes sobre quem são os criminosos potenciais ou os suspeitos número um, o que vem a

se tornar um dos mecanismos mais eficazes na ampliação da criminalidade e no surgimento de uma certa solidariedade entre os que desrespeitam a lei eventualmente e mesmo os que já optaram por uma carreira criminosa, de um lado, e os trabalhadores, de outro. Do ponto de vista meramente estatístico, essa afirmação tem o efeito de uma profecia autocumprida, por serem objeto de suspeita sistemática, sendo presos para averiguação pelo simples fato de estarem perambulando pelas ruas. Desse modo, os trabalhadores pobres, mesmo quando fazem o esforço de manter a identidade de trabalhador no desemprego ou com baixos salários e ganhos, acabam sendo autuados por pequenos delitos. É esse o truque da super-representação dos pobres nas estatísticas ilegais ou criminosas (Zaluar, 1994: p. 59).

Nas últimas décadas, observamos que vários estudos⁴ passaram a defender a idéia de que o surgimento do crime em alguns bairros pobres seria consequência direta de como se articulam, dentro destas próprias comunidades, uma série de fatores sociais, econômicos e estruturais específicos. Ao invés de se atribuir o surgimento do crime a um fator genérico como a pobreza, passou-se a trabalhar com a hipótese de que a violência teria sua origem na pouca coesão social de algumas destas comunidades, assim como na falência de diversas instituições de socialização e de controle social informal, tais como família, igrejas, associações comunitárias e escolas.

1.2.1 – Comunidade x criminalidade

Não podemos dizer que seja recente na produção sociológica a idéia de que existe uma estreita ligação entre a configuração caótica e desorganizada assumida por determinados bairros dos grandes centros urbanos e o aparecimento de altas taxas de criminalidade – especialmente no que se refere àqueles crimes praticados por gangues juvenis.

1.2.1.1. Desorganização social

Já durante a década de 40, ganharam força, no pensamento sociológico do crime, os trabalhos desenvolvidos pelo movimento intelectual da Escola de Chicago, principalmente aqueles elaborados pelos Sociólogos Clifford Shaw e Henry McKay (1942). A partir de um grande *survey* aplicado na cidade de Chicago, ambos realizaram um estudo que atribuiu o surgimento de altas taxas de violência e criminalidade à desorganização social de determinadas comunidades e à incapacidade que elas têm de conceber valores comuns e, conseqüentemente, de controlar de maneira efetiva o comportamento de seus membros.

Logo de início, o estudo de Shaw e McKay (1942) aponta duas tendências: a de que a criminalidade violenta manifestava-se com mais intensidade nos bairros pobres e deteriorados de Chicago e a de que estas comunidades tendem a manter suas taxas de delinqüência por longos períodos, mesmo apresentando um alto ín-

dice de rotatividade residencial. Como foi dito anteriormente, isso apenas reforça a importância de se analisar de maneira sistêmica o desenvolvimento da criminalidade, assim como a história de violência pregressa existente em determinadas vizinhanças.

Rompendo com o senso comum, Shaw e Mckay (*idem*) também observaram que, além da situação de pobreza e degradação, as vizinhanças de Chicago que possuíam altas taxas de criminalidade também se destacavam por ser a moradia de uma infinidade de minorias étnicas que, tão logo era possível, mudavam-se para vizinhanças mais atrativas e menos deterioradas. Ainda de acordo com Shaw e McKay, esta heterogeneidade étnica e a alta rotatividade residencial impediam que estes moradores fixassem raízes em seus bairros, dificultavam o estabelecimento de um conjunto de valores e representações simbólicas comuns e, conseqüentemente, faziam com que eles não desenvolvessem um apreço mínimo pela vizinhança onde viviam. Formava-se nessas comunidades, portanto, um cenário de completa desorganização social, no qual os moradores não eram capazes de conceber valores comuns, nem se mostravam aptos a formar um corpo social suficientemente coeso para controlar efetivamente o comportamento de seus membros e, conseqüentemente, impedir o surgimento de altas taxas de criminalidade.

Ou seja, a teoria clássica da “Desorganização Social”, proposta por Shaw e Mckay (1942), não propõe a idéia de que a privação econômica gera o crime. Ela propõe a idéia de que, em um primeiro momento, o processo desordenado de urbanização e a pobreza geram a desorganização social (concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica). Esta desorganização, por sua vez, diminui a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o que faz com que seja difícil manter um controle social efetivo sobre o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre o surgimento do crime. Em uma vizinhança socialmente desorganizada, o vínculo moral de um indivíduo com a sua comunidade diminui e, logicamente, também diminuem os custos morais de se cometer um crime.

1.2.1.2. Eficácia coletiva

Já na década de 90, ainda na tentativa de encontrar uma explicação mais precisa para o fenômeno do surgimento do crime em comunidades pobres, Sampson, Raundenbush e Earls (1997) retomam os estudos de Shaw e McKay e elaboram o conceito de “Eficácia Coletiva”. Segundo esses autores, o conceito “Eficácia Coletiva” deve ser entendido como um complexo sistema formado pela coesão social existente entre os membros de uma vizinhança, pela confiança mútua que se estabelece entre seus moradores e pela predisposição que estes têm de controlar o comportamento mútuo e agir em prol do bem comum. Trata-se de um processo

dinâmico que se manifesta de formas diferentes de uma comunidade para outra e exerce papel fundamental no que se refere ao controle da violência e da criminalidade. Cabe observar que, assim como foi feito por Shaw e McKay (1942), Bursik e Grasmick (1993) e vários outros, Sampson, Raundenbush e Earls também desenvolvem uma teoria que trabalha em termos sistêmicos. Ou seja, a comunidade e a vizinhança continuam a ser vistas como um intrincado sistema de amizades, afinidades e redes de associação baseadas em instituições como famílias e outras instâncias comunitárias. Nenhuma proposição é feita de modo a levar em consideração apenas o indivíduo. As análises e proposições são feitas a partir das características do sistema social, nunca do indivíduo.

Nesta nova proposta de refinamento do estudo original de Shaw e McKay, Sampson, Raundenbush e Earls iniciam seu trabalho tratando da própria definição do conceito de “comunidade”. Tal retomada faz-se necessária porque, a partir do momento em que se está disposto a desenvolver uma teoria que explique o surgimento do crime a partir das características sociais, econômicas, culturais e estruturais de uma comunidade, é fundamental delimitar com a maior precisão possível o cenário dentro do qual este estudo irá trabalhar. Tomando como base o conceito de Sampson e Groves (1989), “comunidade” seria o complexo sistema de amizades, redes de afinidades e laços associativos baseado nas famílias e nos processos de socialização vigentes dentro de uma determinada vizinhança.

Seguindo esta linha de raciocínio, Sampson, Raundenbush e Earls (1997) propõem a idéia de que, empiricamente, a organização social de uma comunidade pode ser mensurada em termos da interdependência sistêmica que as mais diversas instituições sociais (tanto as informais – como a família e as redes de amizades –, quanto as formais – associações comunitárias, escolas e igrejas) estabelecem entre si, dentro de uma determinada vizinhança. Uma comunidade organizada seria, portanto, aquela em que a população local consegue estabelecer um alto nível de coesão social e confiança mútua e, conseqüentemente, exercer um controle social efetivo sobre seus membros. Ou seja, uma comunidade que possui um alto grau de “Eficácia Coletiva”. Tal eficácia propiciaria a estas comunidades a capacidade de supervisionar as atividades de suas crianças, assim como controlar a formação de grupos juvenis. E, uma vez que o fenômeno da violência manifesta-se principalmente através de dinâmicas grupais, a capacidade que uma comunidade tem de controlar as atividades coletivas que se desenvolvem dentro dela torna-se um elemento-chave para o controle do crime e da delinquência (Thrasher, 1927; Shaw & Mckay, 1942; Short & Strodbeck, 1965; Reiss, 1986).

Em termos gerais, Sampson, Raudenbush e Earls (1997) propõem, desta forma, a idéia de que as diferentes taxas de crime podem ser explicadas pelas diferentes capacidades que as comunidades têm de conceber valores comuns (como

a vontade de viver em uma comunidade livre de crimes), de exercer um controle social efetivo sobre seus membros (controle por meio de mecanismos informais e também da utilização de instituições externas como a polícia) e de solucionar internamente seus próprios problemas. A diferença nas taxas de violência e criminalidade deveria-se, portanto, aos diferentes graus de “eficácia coletiva” existentes nas diversas comunidades.

Assim, o conceito de “eficácia coletiva” ganha grande importância, pois remete fundamentalmente a aspectos como a confiança mútua entre os moradores, o estabelecimento de redes de afinidades e amizades, além da participação voluntária dos moradores em associações comunitárias e entidades que visam à melhoria da vizinhança e o bem-estar comum – associativismo. Todos estes aspectos, que podem muito bem ser entendidos como coesão social, fazem com que se estabeleça, entre os membros de uma determinada comunidade, a disposição de supervisionar o comportamento dos demais residentes e, mais do que isso, de intervir em prol do bem comum.

Em contrapartida, comunidades socialmente desorganizadas e, conseqüentemente, com baixo grau de “eficácia coletiva”, perdem a capacidade de controlar o comportamento de seus indivíduos por intermédio de mecanismos formais e informais e de resolver internamente seus problemas. Conseqüentemente, como ressaltam Morenoff *et al.* (2001), estes fatores criam o terreno ideal para o surgimento de altas taxas de criminalidade. A “eficácia”, no caso, refere-se, portanto, à eficiência que uma comunidade demonstra quando se dispõe a realizar uma tarefa como, por exemplo, manter a ordem social.

Vista desta forma, a “eficácia coletiva” nada mais é do que uma construção teórica que enfatiza as expectativas compartilhadas de engajamento mútuo dos moradores de uma comunidade em torno de uma determinada tarefa, que é a manutenção do controle social. Como ressaltam Morenoff *et al.* (2001), a comunidade é vista como um conjunto de moradores que se organizam para produzir um efeito desejado, ou seja, manter a comunidade livre do crime e da delinquência.

Além da coesão social, da confiança mútua e da expectativa compartilhada de que todos agirão em prol do bem comum (elementos fundamentais para que uma comunidade alcance um alto grau de eficácia coletiva), também é preciso ressaltar o importante papel que as organizações e instituições comunitárias desempenham no combate ao crime e à violência. São estas instituições que representam a comunidade politicamente e conseguem exercer pressão para que instituições governamentais passem a cumprir suas funções (saúde, escolas, policiamento) da maneira mais correta e eficiente possível, pois a presença do Estado e de todos os seus serviços exerce papel fundamental na manutenção da estabilidade e do controle social de uma vizinhança.

Nota-se que, ao trabalhar com os conceitos de “coesão social” e “eficácia co-

letiva”, Sampson também passou a lidar com o conceito de “capital social”, (Coleman, 1990; Putnam, 1993; Bursik, 1986). Ou seja, ele passa a tratar de aspectos da organização comunitária – como confiança mútua entre os indivíduos, fortalecimento de instituições comunitárias e coesão – que facilitam a coordenação e a cooperação entre os indivíduos dentro de um determinado sistema (comunidade) para a produção de benefícios mútuos. Mais uma vez, é preciso ressaltar que esta análise não coloca sua ênfase no indivíduo, mas sim no sistema, na estrutura social.

2. O processo metodológico de desenvolvimento da pesquisa

2.1. A construção do *corpus* da pesquisa

Considerando que esta pesquisa propõe-se a compreender o problema do surgimento da violência e da criminalidade em comunidades pobres e deterioradas dos grandes centros urbanos, torna-se necessário adotar uma metodologia de trabalho que permita a descrição fiel e detalhada de todo o ambiente físico e social de tais vizinhanças, e uma vasta coleta de dados qualitativos junto aos moradores destas regiões. Nesse sentido, decidiu-se fazer uso de formas de coleta de dados que permitissem uma apreensão mais detalhada possível de todas as nuances da vida comunitária, do ambiente físico, das relações sociais que se estabelecem na PPL e, fundamentalmente, das formas de organização adotadas pelas gangues juvenis que se estabeleceram naquela favela.

De antemão, observamos que o primeiro problema enfrentado seria a dificuldade de inserção em meio ao campo de estudo escolhido. Conseguir permissão para estudar, entrevistar ou acompanhar o dia-a-dia de gangues ligadas ao tráfico de drogas, por exemplo, foi uma tarefa extremamente difícil, devido à própria atividade criminosa exercida por elas e à enorme aversão a contatos externos manifestada pelos seus membros. Durante quatro anos trabalhando como jornalista, lidei diariamente com a questão da violência e da criminalidade em vilas e favelas de Belo Horizonte. Pela experiência que adquiri durante este período, já sabia que os rapazes envolvidos com o tráfico de drogas seriam extremamente resistentes a qualquer tipo de abordagem mais direta.

Justamente por isso, foi preciso optar, pelo menos em um primeiro momento, por uma via indireta de acesso a eles. Foi preciso ganhar a confiança de diversos membros daquela comunidade e fazê-los entender o objetivo principal deste trabalho. Os primeiros contatos foram feitos ainda como repórter, nas inúmeras oportunidades que tive de freqüentar a Pedreira Prado Lopes. Durante estas incursões, fiz contatos iniciais não apenas com um grande número de moradores, como também com vários rapazes membros de gangues que atuavam no aglomerado.

Cada vez que subia à Pedreira, anotava telefones, endereços de contato e o nome de possíveis fontes a serem entrevistadas em minha futura pesquisa.

Para fazer este trabalho, retomei estes contatos e, como foi dito anteriormente, optei por chegar às quadrilhas de maneira indireta, utilizando não apenas moradores que conviviam diretamente com os membros das gangues, como rapazes que já haviam feito parte destes grupos e que, apesar de já terem deixado de atuar neles, ainda mantinham contato com os atuais membros. Foram precisamente estas pessoas que, além de fornecer importantes relatos sobre uma infinidade de temas inerentes à pesquisa, fizeram com que fosse possível entrevistar diversos daqueles garotos envolvidos com o tráfico na Pedreira Prado Lopes.

Como pesquisador, o primeiro contato que estabeleci com moradores e lideranças comunitárias da Pedreira aconteceu em 2002. Com os traficantes propriamente ditos, as entrevistas iniciais foram feitas de forma bastante esporádica, uma vez que a sua desconfiança era muito grande. No entanto, à medida que iam sendo entrevistados, eles começaram a indicar outros e assim por diante. No caso desta pesquisa, optei por ser bastante direto com estes rapazes. Mostrar claramente como pretendia trabalhar e que o estudo não iria trazer qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo aos demais membros daquelas gangues. A única forma de registro que me foi permitida utilizar foi um bloco de anotações de campo. Admito que este instrumento foi bastante impreciso e às vezes incômodo. Mas foi o único aceito pelos traficantes, devido ao tema de estudo, às informações que estavam ali sendo tratadas e à desconfiança natural que um “estrangeiro” como eu provoca entre eles.

Mesmo durante as entrevistas com moradores, o uso de um gravador acabava constrangendo o entrevistado, que em geral era pessoa muito simples e nunca conseguia se sentir à vontade para falar de temas ligados à violência quando era colocado frente a frente com um gravador. Por fim, acabei utilizando apenas o bloco de anotações de campo, que foi o que me pareceu o instrumento mais adequado ao registro de informações conseguidas na PPL. Ainda assim, em vários momentos, fui proibido até mesmo de anotar determinadas informações que iam sendo relatadas pelos entrevistados. Esta postura foi adotada por moradores e traficantes, principalmente quando o assunto dizia respeito ao possível envolvimento de policiais no tráfico na favela. Depois de reiterados contatos e entrevistas, consegui conquistar o mínimo de confiança dos membros de uma determinada gangue e tive autorização para frequentar, durante um único dia – e, ainda assim com acompanhamento constante – os lugares onde acontecia a venda de drogas de uma das quadrilhas.

Em uma das fases da pesquisa de campo, também foram feitos contatos com policiais militares que trabalham de forma velada no aglomerado. Novamente,

desta vez com o acompanhamento destes militares, foi possível observar de perto o funcionamento dos pontos de venda de drogas e a atuação das gangues. Os policiais também foram entrevistados, no sentido de tentar remontar sua rotina de trabalho, suas experiências na Pedreira Prado Lopes, assim como as impressões e análises sobre a mecânica do tráfico de drogas praticado naquele aglomerado.

Ao final do trabalho de campo, foram realizadas 52 entrevistas: 30 com moradores, sendo 2 com líderes comunitários; 7 com policiais militares, além de 15 com traficantes e membros de gangues que atuam no aglomerado – estes últimos com idades variando entre 14 e 24 anos, nenhum deles sequer com o segundo grau completo. As entrevistas foram realizadas entre o primeiro semestre de 2000 e fevereiro de 2004, quase sempre dentro da própria Pedreira. Devido à delicadeza do tema pesquisado, as entrevistas não puderam seguir um cronograma previamente planejado.

Para garantir uma abordagem mais profunda e completa do tema, optamos por utilizar conjuntamente duas formas de abordagem metodológica: a *observação participante* e os *relatos orais*.

2.2. A observação participante

A observação participante consiste, basicamente, em coletar dados através da participação direta na vida cotidiana do grupo ou organização que se pretende estudar. O observador torna-se, portanto, parte do contexto que está sendo observado. Como afirmam Schwartz e Schwartz (1995): *O papel do observador pode ser formal ou informal, oculto ou revelado; o observador pode passar muito ou pouco tempo no campo de observação; o papel do observador participante também pode ser um elemento integrante ou periférico ao contexto observado.*

Ainda segundo Schwartz e Schwartz (*idem*), por se tratar de um método em que é praticamente impossível manter um distanciamento científico de seu objeto de estudo, o pesquisador que faz uso da observação participante deve ficar atento aos métodos que utiliza para registrar os dados observados. O tempo decorrido entre os processos de coleta e registro de dados deve ser o mais breve possível para evitar que imprecisões sejam cometidas. Como o processo da observação participante se dá em três momentos – registro, interpretação e recodificação –, é necessário que se tenha uma atenção especial para que muitas das informações coletadas não sejam adulteradas, perdidas ou interpretadas de forma enganosa devido a preferências pessoais ou outras questões subjetivas.

2.3. Os relatos orais

Outra técnica utilizada durante a presente pesquisa foi a dos relatos orais, uma vez que parte fundamental deste estudo produziu-se a partir das entrevistas

realizadas com vários representantes de todos os setores da comunidade estudada, além dos membros de gangues envolvidas com o tráfico de drogas.

Em Sociologia, a técnica dos relatos orais nada mais é do que uma forma de se registrar, na íntegra, a narrativa dos próprios indivíduos pesquisados sobre determinados assuntos pertinentes ao estudo que se desenvolve. Esta narrativa é colhida por meio da realização de entrevistas em profundidade com pessoas que, acredita-se, sejam indivíduos representativos de uma determinada comunidade ou organização. No caso deste estudo de caso, as entrevistas foram realizadas com o auxílio de um bloco de anotações de campo, sem um roteiro previamente construído. A única preocupação que tivemos foi a de fazer uma lista de assuntos que deveriam ser abordados para o desenvolvimento satisfatório da entrevista.

Como ressaltam Pereira (1991) e Queiroz (1987), uma das principais vantagens dos relatos orais é a possibilidade de se estabelecer generalizações a partir do conhecimento adquirido pelas entrevistas. Tal procedimento torna-se possível a partir do momento em que se coleta um número suficientemente grande de depoimentos, até que se obtenha aquilo que costuma ser chamado de “saturação”, ou seja, o momento em que os relatos das mais diversas fontes ou informantes sobre um determinado assunto começam a se repetir. Assim, não existe um número padrão que permita ao pesquisador saber quando deve encerrar seu ciclo de entrevistas. Isso varia de acordo com o assunto pesquisado, com o universo estudado e com a própria proposta da pesquisa. Cabe ao próprio estudioso perceber quando os relatos começam a se repetir e já são passíveis de serem considerados generalizáveis.

3. Passado e presente na Pedreira Prado Lopes

Antes de fazer qualquer proposição sobre as possíveis causas da criminalidade na Pedreira, é fundamental analisar a história da formação deste aglomerado. Por si só, tal tipo de estudo já pode fornecer indícios bastante significativos de como, no decorrer de seus 100 anos de existência, a favela veio a se tornar uma das regiões mais violentas de Belo Horizonte.

Uma análise mais aprofundada das origens da PPL, por exemplo, evidencia que a favela sempre apresentou vários dos aspectos mencionados anteriormente como elementos favoráveis ao surgimento da violência e da criminalidade. Devido às próprias características de sua ocupação, a Pedreira sempre apresentou altas taxas de rotatividade residencial, heterogeneidade populacional, além da extrema concentração de desvantagens econômicas e estruturais, juntamente com a falência de instituições de controle formal e informal e um baixíssimo grau de coesão social. O estudo da história da favela demonstra que todos estes aspectos

estão bastante presentes na gênese do aglomerado, o que tornou a Prado Lopes um ambiente altamente propício ao surgimento e à consolidação da criminalidade, principalmente aquela ligada ao tráfico de drogas.

3.1 A história da Pedreira

A verdade é que a história da Pedreira Prado Lopes se confunde com a própria história da construção da capital mineira. Assim como aconteceu com outras regiões da cidade, a área onde hoje fica a PPL foi ocupada por pessoas que vieram de várias regiões de Minas e até mesmo de outros Estados, atraídas por promessas de prosperidade e oportunidades de trabalho que, na ocasião, surgiam juntamente com a construção planejada de Belo Horizonte. Centenas de imigrantes vieram de diversas regiões do Estado, em busca das oportunidades de trabalho que surgiam juntamente com a nova capital mineira.

Observa-se, portanto, que já em seus primeiros anos de existência, por volta de 1910, a comunidade da PPL era formada por uma população bastante heterogênea que não possuía qualquer tipo de identificação com seu novo local de moradia. Desde o primeiro momento, o processo de formação de uma identidade comunitária viu-se bastante prejudicado, o que fez da Pedreira uma comunidade socialmente pouco coesa. É interessante observar que tal característica de deterioração do tecido social observada na Pedreira coincide com aquilo que se afirma na teoria da *Eficácia Coletiva* de Sampson *et al.* (1997), como sendo um dos principais fatores de fomento ao surgimento da criminalidade.

De acordo com registros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a origem do nome “Pedreira Prado Lopes” remete à família Prado Lopes, que era proprietária de vários terrenos naquela que hoje é a região Noroeste da cidade. Remete também à gigantesca pedreira em torno da qual se formaria a vila. E foi justamente nesta pedreira onde centenas de operários trabalharam durante vários anos, para que o governo conseguisse matéria-prima para realizar as obras necessárias à construção da recém-criada capital mineira.

De sol a sol, centenas de operários revezavam-se na extração das rochas que formariam Belo Horizonte, em turnos de trabalho que duravam até 14 horas por dia. Somada às precaríssimas condições de salubridade do local, a exaustão de um dia de trabalho semi-escravo fazia com que muitos deles não conseguissem sequer voltar para casa. Ficavam por ali mesmo, espalhados em barracas improvisadas que acabariam tornando-se a moradia fixa de muitas famílias. Desta ocupação, quase que involuntária, nasceu aquela que é hoje uma das maiores e mais violentas favelas de Belo Horizonte.

De acordo com os mesmos dados da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, já naquela época, eram bastante precárias as condições de vida da

população que se instalava ao redor da pedreira dos Prado Lopes. Apesar de já ser uma área ocupada desde os primeiros anos do século XX, sua primeira fonte de água só foi instalada na década de 20, quando a prefeitura colocou uma torneira pública no aglomerado. Devido à completa omissão do Poder Público, já se formava ali um dos cenários mais miseráveis e degradantes de que se tinha notícia em toda a recém-criada Belo Horizonte. E talvez seja justamente em razão deste descaso que se verifica, hoje, o grande descrédito da população da Pedreira Prado Lopes com relação à política e às instituições públicas de modo geral.

Nas suas primeiras décadas de existência, o espaço ocupado pela Pedreira Prado Lopes era bem maior do que o que se observa hoje. Miseráveis barracos de madeira se espalhavam por uma área extensa, formando uma vila que, guardadas as devidas proporções, lembrava uma cidade do interior. No entanto, o crescimento da capital mineira fez com que várias mudanças fossem processadas na configuração ambiental da PPL. A abertura de novas avenidas acabou por comprimir o espaço anteriormente ocupado, provocando um grande adensamento populacional e a reconfiguração de todo o espaço da favela. E isso só fez aumentar o cenário de miséria e decadência da vila.

Por conta das alterações processadas naquela parte da cidade, várias famílias foram indenizadas pela prefeitura e tiveram de se mudar da favela, o que contrastava com a chegada de centenas de novos moradores. A cada avenida que era aberta na região Noroeste de Belo Horizonte, a comunidade da Pedreira era obrigada a se rearranjar de maneira cada vez mais improvisada. Este processo descaracterizou a comunidade que vinha se formando. A chegada de novas famílias dia após dia e as constantes alterações do espaço físico da vila acabaram por enfraquecer o corpo social da Pedreira e dificultaram o aparecimento de instituições de representação comunitária. Tanto que as primeiras reivindicações populares das quais se tem notícia só vieram a ser feitas a partir da década de 60 e diziam respeito apenas ao preenchimento de condições básicas de sobrevivência. Registros da prefeitura (Urbel, 1998) indicam que, na Pedreira Prado Lopes, a conquista sistemática de benefícios básicos, ainda assim com várias restrições, só veio a acontecer por volta das décadas de 70 e 80, época em que os moradores da vila começam a demonstrar um nível mínimo, mas ainda rudimentar, de organização popular.

3.2. Diagnóstico social da Pedreira

3.2.1. Caracterização da população

Apesar de ter quase cem anos de existência, a Pedreira Prado Lopes é, ainda hoje, um dos maiores bolsões de pobreza de Belo Horizonte. Um grande levantamento feito pela prefeitura municipal demonstrou que aproximadamente doze

mil pessoas vivem no aglomerado, dividindo uma área de apenas 142 mil metros quadrados. O reflexo desta aglomeração pode ser observado logo que se entra na PPL: ruas estreitas, margeadas por pequenas e miseráveis casas justapostas.

Ainda de acordo com esse estudo da prefeitura, a maioria dos domicílios contabilizados na PPL (63,7%) possui de 2 a 5 ocupantes, o que obedece à média brasileira. No entanto, o número de moradias que contam com mais de seis ocupantes também é alto: 26,4%. Conseqüentemente, tornou-se bastante comum na Pedreira a existência de casas que abrigam duas ou três famílias, em espaços que não comportariam com dignidade nem mesmo uma.

O mesmo estudo desenvolvido pela prefeitura demonstra, ainda, que a população da PPL é bastante jovem, com 58,8% dos moradores possuindo 25 anos de idade ou menos, o que também faz com que a favela seja um local bastante propício para o desenvolvimento do tráfico de drogas. É muito comum ver grupos de crianças passando o dia inteiro nas ruas da favela, sem qualquer tipo de supervisão de um responsável, uma vez que os pais trabalham fora e não têm com quem deixar os filhos. Estas crianças acabam sendo criadas nas ruas da comunidade, em contato direto com criminosos locais.

Observa-se na Pedreira, portanto, um dos aspectos mais ressaltados pela teoria criminológica de Sampson *et al.* (1997), que é a completa falência de instituições sociais e a conseqüente ausência de controle comunitário sobre as atividades grupais desenvolvidas por crianças e adolescentes daquela comunidade. Como já afirmamos anteriormente, a falta de supervisão ou acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes cria um terreno extremamente fértil para o surgimento das gangues juvenis que, em certa medida, acabam por substituir instituições como a família e a escola como orientadores do processo de socialização destes jovens.

A pesquisa da prefeitura demonstra ainda que a imensa maioria da população da Pedreira Prado Lopes é composta por pessoas de baixíssima renda. Segundo o levantamento da Urbel, em 1998, a Pedreira poderia ser caracterizada como uma das regiões que abrigam a população com a pior renda média de toda Belo Horizonte, pior até mesmo do que várias outras favelas da capital: entre a população economicamente ativa, um alto número de pessoas trabalha por conta própria (20%), realizando biscates ou bicos. Em 1998, segundo critérios do Dieese, o índice de desempregados na Pedreira Prado Lopes era da ordem dos 30%. Em BH, na mesma época, este índice era de 12,4% (Urbel, 1998).

A mesma pesquisa também demonstra que a imensa maioria da população da Pedreira Prado Lopes possui baixíssimo grau de instrução. Atualmente, cerca de 77% dos moradores da vila possuem apenas o primeiro grau completo. Prati-

camente 15% dos moradores não possui nenhum tipo de escolaridade, enquanto o segundo grau foi cursado por apenas 6,2% dos habitantes da PPL. Nota-se claramente que muitos jovens da Pedreira são criados dentro de uma estrutura simbólica que não valoriza o estudo, o que faz com que, na imensa maioria das vezes, eles interrompam seus estudos ainda no 1º grau.

Mais uma vez, observa-se na Pedreira exatamente aquilo que Sampson *et al.* (1997) afirmam na teoria da eficácia coletiva: em comunidades marcadas pela concentração de desvantagens econômicas e estruturais, percebe-se a falência de instituições formais de controle e socialização – escolas, igrejas, associações de bairro, etc. – o que, por sua vez, cria um ambiente propício para o surgimento do crime.

3.3. Demandas e organizações comunitárias

3.3.1. Demandas

Em 1998, a pesquisa realizada pela prefeitura demonstrou que a principal reivindicação dos moradores da PPL dizia respeito à questão da segurança pública. De acordo com este estudo, a violência imposta na favela pelas gangues ligadas ao tráfico de drogas fez com que 21,5% da população local colocasse como prioridade a construção de um posto policial dentro da vila. Segundo os moradores ouvidos pela pesquisa, a completa ausência de qualquer tipo de policiamento ostensivo nas ruas do morro tornou possível a existência de gangues que, constantemente, trocam tiros entre si, usam drogas em via pública e exibem armamento pesado na tentativa de intimidar os moradores.

Esta realidade, por sua vez, fez com que o espaço público da vila fosse aos poucos adquirindo uma característica opressiva e ameaçadora. Na Pedreira, é possível ver muros e fachadas de casas cravejadas por rajadas de tiros. A presença de rapazes armados em alguns pontos da favela faz com que seja arriscado circular em algumas regiões do morro. Ainda segundo a pesquisa realizada pela prefeitura (Urbel, 1998):

Grande parte dos moradores da vila não sai à noite, adotando uma espécie de “toque de recolher”. O próprio direito de ir e vir está ameaçado na vila, assim como o desenvolvimento do lazer, da integração entre a população. Outro grande medo dos moradores é ver seus filhos ingressarem no tráfico. O dinheiro fácil gerado por ele e a falta de perspectivas de melhorias financeiras faz com que as drogas sejam um negócio tentador para os jovens.

Depois do posto policial, todas as reivindicações feitas pelos moradores têm relação com melhorias urbanas e sanitárias. Ao que tudo indica, isso se deve às precárias condições de moradia e urbanização da vila. Em alguns pontos da Pedreira, é comum ver ruas não pavimentadas, com escoamentos de esgoto correndo

a céu aberto. Em outros pontos da favela, a pavimentação das vias é muito precária, o que cria um ambiente de muita sujeira e aumenta ainda mais a insalubridade do local. Além disso, o processo de verticalização da favela e a estreiteza de suas ruas faz da vila um local abafado e com pouca iluminação natural. O ambiente da PPL torna-se, deste modo, amplamente favorável porque privilegia a logística do comércio de drogas.

Alguns dos motivos que levaram o tráfico a se instalar com tamanha força na vila podem ser citados: as precárias condições de habitabilidade e o acesso restrito; a falta de perspectivas de inserção e/ou ascensão social; a população numerosa e jovem da vila, com potencial para ser explorada. Alguns moradores também reclamam do envolvimento da polícia com o tráfico e alegam que o seu desenvolvimento só foi possível com a conivência da instituição. (...) É necessário salientar, ainda, a importância que a abertura de vias pode ter no enfraquecimento do tráfico e na diminuição da violência: mais do que a instalação de um posto policial dentro da Pedreira, é fundamental garantir o acesso e a circulação da vigilância, seja policial ou não.

3.3.2. As organizações

A pesquisa realizada pela prefeitura também observou que a população da Pedreira Prado Lopes possui um baixíssimo grau de participação e envolvimento com questões que dizem respeito à própria vila. Remetendo à história de sua formação, os moradores da PPL demonstram uma grande dificuldade de mobilização e, em sua maioria, mantêm a tradição de não fortalecer as entidades representativas surgidas dentro da própria comunidade. Segundo a pesquisa da Prefeitura, 42,5% dos moradores da Pedreira não conhecem nenhuma instituição que ajude a comunidade. Outros 38,9% responderam que não existe nenhuma instituição que ajude a comunidade. Ou seja, 81,5% dos moradores da PPL não conhecem ou acham que não existe qualquer instituição que ajude a comunidade.

Observa-se nesta característica justamente aquilo que é colocado pelas teorias da “Desorganização Social” e da “Eficácia Coletiva”. Como foi dito anteriormente, o próprio histórico de como se deu a ocupação da PPL concorreu para que a comunidade de lá se tornasse socialmente pouco coesa e, conseqüentemente, mais vulnerável ao surgimento da violência e da criminalidade (Sampson & Groves, 1989; Bursik & Grasmick, 1993). A história da Pedreira é marcada pelo grande número de imigrantes vindos de várias regiões do Estado, o que tornou a população local extremamente heterogênea. Além disso, as constantes reconfigurações dos limites da favela em suas primeiras décadas de existência fez com que se tornasse alta no local a taxa de rotatividade residencial. Além disso, a configuração sempre miserável da PPL faz com que um dos maiores desejos da comunidade seja se mudar de lá tão logo seja possível (Crisp, 2002).

Ainda de acordo com a mesma pesquisa feita pela prefeitura, todas as reivindicações de melhorias para a PPL estariam concentradas em poucas pessoas ligadas à União Prado Lopes, uma das únicas associações comunitárias ativas na favela, surgida somente na década de 70. Nos últimos anos, várias melhorias foram conseguidas por esta associação, ainda assim, o nível de informação e participação popular nas reuniões promovidas pela associação continua muito baixo. Tanto que muitos moradores não sabem sequer quais foram as últimas conquistas da entidade, como podemos ver na citação a seguir:

Apesar de a população ter comparecido aos Orçamentos Participativos e ter obtido várias conquistas, a maioria da população parece desconhecer o processo e suas motivações. A participação em maior escala nessas conquistas ocorreu provavelmente em função de um trabalho maciço de mobilização da Associação, que, por possuir credibilidade junto aos moradores, conseguiu reuni-los para eventos esporádicos e de maior porte, mas não por um período maior e sistematicamente, devido à sua resistência e acomodação. Os membros da associação reclamam muito da população que, segundo eles, está mal acostumada com processos paternalistas de ajuda, não possuindo o hábito de lutar por seus direitos.

Nota-se na Pedreira a completa falência e deterioração de instituições como família e escola, além da mais do que reduzida participação comunitária nas questões referentes à própria vila. O baixíssimo grau de coesão social, além da ausência ou deterioração das instituições formais ou informais de socialização e controle do comportamento, concorre sensivelmente para que a violência e a criminalidade continuem a assolar a Prado Lopes da maneira como vem acontecendo nas últimas décadas. Observa-se, portanto, que a favela possui um grau muito baixo de eficácia coletiva e não possui coesão ou mobilização popular suficiente para conseguir lidar de forma satisfatória com seus problemas, o que, novamente, confirma os estudos de Sampson *et al.* (1997).

4. História da violência na Pedreira Prado Lopes

“A rebeldia não nos impede de sermos anjos” (Grafite pintado em um muro da rua Carmo do Rio Claro)

No ano em que a presente pesquisa estava sendo concluída, acontecia na Prado Lopes um confronto entre gangues de proporções jamais vistas em toda a história do aglomerado. Três quadrilhas de traficantes disputavam o controle do comércio de entorpecentes no morro, deixando para trás de si um rastro de dezenas de mortos e feridos. Em 2004, 60 pessoas foram assassinadas na favela, vítimas dos enfrentamentos entre as gangues ou dos combates com a polícia. Na média, um assassinato a cada seis dias.

4.1. A história do tráfico na Pedreira

4.1.1. Décadas de 70, 80 e 90

Apesar de a Pedreira Prado Lopes ser hoje um dos maiores e mais organizados pontos de tráfico de drogas de Belo Horizonte, registros da Polícia indicam que esta nem sempre foi uma realidade vivida pela favela. De acordo com um relatório interno produzido em outubro de 2003 pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar, até o início da década de 70, o comércio de drogas na PPL sempre havia sido explorado de forma desorganizada, por várias pessoas diferentes e que não tinham necessariamente qualquer ligação entre si. A atividade tinha como seu carro-chefe a venda de maconha e não possuía, nem de longe, o caráter quase que empresarial que possui hoje.

No entanto, já em meados da década de 80, a Polícia começa a receber as primeiras informações sobre a ação do traficante Roni Peixoto de Souza na favela. Em poucos anos, já no início da década de 90, ele conseguiria eliminar praticamente todos os seus concorrentes e assumir o controle definitivo sobre o tráfico de drogas praticado na PPL. Já em 2003, um relatório interno produzido pela PM afirma que o diferencial de Roni Peixoto era a eficiente rede de contatos que ele havia conseguido estabelecer com grandes fornecedores de drogas, o que o possibilitava trazer drogas para a Pedreira a preços relativamente baixos. Isso fez com que, em poucos anos, ele se tornasse capaz de colocar todas as gangues do morro para trabalhar sob suas ordens. Além disso, Roni Peixoto trazia para Belo Horizonte um tipo de droga que, até então, ainda não havia se difundido entre os usuários da capital: o *crack*.

Considerado pela Polícia Federal como sendo, em Minas Gerais, o braço direito do narcotraficante Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, Roni Peixoto passou quase uma década comandando com mão de ferro a venda de drogas na Pedreira, até ser preso em 1995. Durante este tempo, seus carregamentos abasteceram todas as quadrilhas da favela. Estas, por sua vez, foram obrigadas a deixar de lado antigas diferenças pessoais e atuar de forma relativamente harmoniosa entre si. Diversos policiais civis e militares que trabalham na região da PPL são unânimes em admitir que, sob o comando de Roni, o tráfico de drogas que acontecia na Pedreira havia se tornado o mais bem organizado e próspero de BH. Roni Peixoto, por sua vez, passou a ser considerado por muitos moradores um verdadeiro “pacificador” – uma vez que, sob seu comando, o tráfico de drogas da Prado Lopes praticamente não registrava mortes.

4.1.2. A queda de Roni Peixoto e a “guerra” de 1999

Apesar de ter sido comandado com mão de ferro durante mais de quinze

anos, o tráfico na PPL não sentiu de imediato o impacto da prisão de Roni Peixoto, ocorrida em 1995. De acordo com investigações feitas pelo Serviço de Inteligência da PM, os esquemas de fornecimento de drogas do velho chefe continuaram funcionando de forma eficiente durante aproximadamente quatro anos após sua prisão. E toda a logística do tráfico continuou a ser gerenciada por seus homens de confiança. Até pelo menos 1998, a Prado Lopes continuava a viver a mesma calma dos tempos em que Peixoto comandava pessoalmente a venda de drogas na região.

No entanto, foi em 1999 que a comunidade da Pedreira começou a sentir na pele os efeitos da prisão de Peixoto: sem a liderança pessoal do traficante, as incontáveis diferenças pessoais existentes entre as gangues começaram a vir à tona. Ainda que continuasse a dar suas ordens de dentro da Penitenciária Nelson Hungria, em Nova Contagem, Roni não conseguia mais aparar as arestas que se formavam entre as várias quadrilhas do morro. A ganância, as acusações mútuas e as intrigas pessoais começaram a falar mais alto e, ainda que não oficialmente, o grupo acabou se dividindo em várias facções.

De acordo com um levantamento do Serviço de Inteligência da Polícia Militar, quatro gangues distintas passaram a controlar o tráfico de drogas na Pedreira Prado Lopes em 1995, logo após a prisão de Roni Peixoto: duas delas se instalaram na parte alta do morro, enquanto as outras duas consolidaram seu domínio na parte baixa. Ao que tudo indica, esta divisão já existia antes mesmo de Peixoto ser detido. No entanto, o comando forte do velho traficante sempre manteve todos os grupos atuando sob uma só ordem. Depois de preso, Roni colocou seus homens de confiança para gerenciar o “negócio”. No entanto, a ausência do “patrão” fez com que, aos poucos, a divisão entre as quadrilhas fosse se acirrando. E como se já não bastasse, novos fornecedores de drogas perceberam a crise que estava por se instalar na PPL e também passaram a oferecer suas drogas às quadrilhas, concorrendo diretamente com o esquema de distribuição mantido há vários anos por Roni.

Em 1999, pelo que moradores da região contam, o grupo de Roni Peixoto já estava visivelmente abalado por fortes divisões internas. As quadrilhas não se entendiam entre si quanto à logística do tráfico, quanto à distribuição e à liderança das “bocas-de-fumo” e o clima começava a ficar muito tenso na Pedreira. A PPL havia se tornado um barril de pólvora, prestes a explodir ao menor sinal de fogo. E este sinal veio no segundo semestre de 1999, quando um traficante da parte baixa da favela assassinou o irmão de um traficante da parte alta, por causa de uma rixa pessoal. Desde aquele dia, um grande conflito entre gangues explodiu nas ruas do aglomerado e obrigou a comunidade a sobreviver em um verdadeiro campo de batalha. O conflito entre gangues que só terminaria três anos depois, e que deixaria

atrás de si um rastro de 18 mortes.

O tráfico de drogas e armas, estabelecido como despotismo territorial, desenvolveu uma subcultura do gueto, refratária aos valores universalistas e ao princípio da equidade, que dão sentido ao conceito de cidadania. É como se houvesse uma regressão ao estagio medieval de desenvolvimento das regras de sociabilidade. Quando o mundo europeu se dividia em baronatos feudais, a lógica da força determinava as alianças e as guerras entre os senhores dos vários territórios, sempre cobiçados e sujeitos a disputas militares. Os homens morriam muito jovens, viviam menos do que as mulheres, mas a sociedade os compensava, reservando-lhes o monopólio do poder, que era masculino (Soares, 2000).

Tais confrontos provocaram várias baixas entre as duas quadrilhas. Tanto que, no final de 2002, ambos os grupos já estavam bastante enfraquecidos. Por causa disso, o que se viu foi uma “trégua” momentânea entre os bandos. O “movimento” só voltaria a se reerguer no ano de 2003, justamente quando Roni Peixoto ganhou liberdade condicional e, segundo a polícia, voltou à PPL para retomar o controle do tráfico da região.

4.1.3. 2003: A volta de Roni Peixoto e o início de uma nova “guerra”

No dia 15 de setembro de 2003, a Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte assinou a liberdade condicional do traficante Roni Peixoto, por ele ter acabado de cumprir dois terços de sua condenação. No mesmo dia em que foi solto, Peixoto foi recebido na Pedreira Prado Lopes por um churrasco para aproximadamente mil pessoas, que fechou as ruas Araribá e Carmo do Rio Claro em plena tarde de segunda-feira.

Apesar de garantir que não possuía mais qualquer envolvimento com o tráfico da PPL, informações recebidas pelo Serviço de Inteligência da PM dão conta de que, poucas semanas depois de ser colocado em liberdade, Roni Peixoto já teria reassumido o controle de praticamente todo o comércio de drogas realizado no aglomerado. O domínio de Roni sobre as quadrilhas só não foi completo porque um grupo remanescente das antigas quadrilhas da parte alta, e que mantinha suas “bocas-de-fumo” na região Nordeste da favela, em uma área conhecida como “Terreirão”, não teria se sujeitado às ordens do velho traficante.

A prova de que a volta de Roni Peixoto à PPL interrompeu a relativa tranquilidade vivida há dois anos pelo tráfico pôde ser vista na verdadeira guerra que tomou conta da favela na época da soltura do traficante – em 2003, a Polícia Civil contabilizou 19 assassinatos na favela. Diante da explosão de uma nova guerra na Pedreira Prado Lopes, no dia 26 de novembro de 2003, o juiz da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte acatou um ofício da Promotoria de Combate ao Crime Organizado e expediu um mandado de prisão temporária para Roni Peixoto, que

acabou sendo preso na casa de familiares, na periferia de Ribeirão das Neves. Levado de volta à Penitenciária Nelson Hungria, Roni permanecia preso até fevereiro de 2005. No entanto, informações recebidas pelo Ministério Público davam conta de que, mesmo preso, o criminoso continuava a comandar sua quadrilha. Prova disso é que, durante o ano de 2004, 60 pessoas foram mortas na guerra do tráfico da PPL.

5. O panorama atual da criminalidade e a estrutura do tráfico de drogas na Pedreira Prado Lopes

“É ‘pou’, ‘pou’, ‘pou’, três pipoco e o cara já deita” (F.P.E., 17 anos, traficante da parte baixa da Pedreira Prado Lopes)

Acreditamos que já tenha ficado claro que é quase impossível falar em violência na PPL sem falar em tráfico de drogas. Justamente por isso, é preciso entender como funciona esta atividade na Pedreira. É necessário compreender todos os aspectos inerentes à sua logística, seus mecanismos de atuação e as formas pelas quais as quadrilhas ligadas à sua exploração exercem o poder. Mais do que nunca, é fundamental que se entenda como o tráfico de drogas consolidou-se na Prado Lopes da maneira como se vê nos dias de hoje.

De acordo com informações recebidas pela polícia, todas as semanas, diversos carregamentos de *crack*, cocaína e maconha chegam às mãos dos narcotraficantes da Prado Lopes, vindos de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, além de países como a Bolívia e o Paraguai. E, em seu rastro, estas drogas também trouxeram para a Pedreira as armas, os enfrentamentos e as mortes de dezenas de pessoas nos últimos anos. Por isso, torna-se fundamental, desde já, afirmar que a criminalidade na Pedreira possui, sim, ligação com o tráfico e o consumo de drogas. Na PPL, todas as gangues se organizam em torno das atividades inerentes à venda das drogas. E é justamente em função delas que se enfrentam e se matam.

Na PPL, o tráfico não se consolidou apenas como mais uma modalidade criminosa. O “movimento” se arraigou a tal ponto na vida da comunidade que, sem risco de cometer exageros, pode-se dizer que, entre muitos jovens, ele acabou por constituir-se em uma verdadeira subcultura do gueto. Uma subcultura que mina e desestabiliza instituições de sociabilidade primárias como família, igreja e associações comunitárias.

A tirania do tráfico na PPL fez com que todos os valores inerentes à sociabilidade popular fossem substituídos pelas leis e valores dos grupos armados que atuam na favela. Passou a valer a lei belicista do mais forte, com suas divisões feudais de território. Em alguns períodos bastante recentes de sua história, a co-

munidade da PPL viu-se como que vassala de senhores feudais que, na disputa por território, impuseram leis recorrentes aos tempos da barbárie. Ora de forma direta, ora de forma indireta, a convivência com o tráfico permeia e corrompe os mais diversos aspectos da vida da comunidade da PPL. Desde os aspectos mais básicos, como o direito à vida e o direito de ir e vir, até as mais difíceis e trabalhosas conquistas comunitárias, como a implantação de um posto de saúde na vila e a ampliação de becos e vielas da favela. A seguir, trazemos alguns relatos de moradores sobre a situação da violência na Pedreira Prado Lopes:

(a) Eu só fui saber que meu outro filho também tava metido com isso aí no dia que eles arrebentaram a porta da minha casa e entraram aqui pra dentro com as arma na mão. Aquele bando de menino sacudia um tanto de arma e perguntava onde é que tava meu filho. Eles quebraram a casa toda, chutou minha mesa, deu tiro na televisão, quebrou tudo que tinha na frente. Eu disse que não sabia do meu menino, que não via ele tinha uns três dias já. Mas não adiantou porque eles colocou a arma no meu peito e me arrastou para fora de casa. Me deram tapa na cara na frente de todo mundo, chute na barriga e bateram com as arma na minha cabeça. Foi muita humilhação, só eu é que sei. Eles falou que se meu menino não aparecesse para morrer que nem homem, eles ia voltar e matar a família toda. Eu fiquei lá no meio da rua, todo machucado, sem poder fazer nada. Ia fazer o quê? E o pior é que todo mundo na rua viu, mas ninguém faz nada porque não tem jeito não. Se você fala qualquer coisa, eles fica sabendo e já vêm pra cima de você com aquele tanto de arma e mata mesmo. Todo mundo sabe quem é, mas não adianta. E todo mundo vive assim. Esse bando de menino fica no meio da rua de arma na mão e você tem que fingir que não tá vendo nada. O negócio é fechar a porta e a janela e fingir que não tá acontecendo nada. Eu sou viúvo e tenho dois menino. Um, eu morri de tanto falar na cabeça dele, mas não adiantou. Um dia eles pegou meu menino e matou ele com um tanto de tiro no meio da rua. O outro tá preso. E eu acho que é até melhor tá assim mesmo, porque assim pelo menos ele fica vivo (J. G. F., 65 anos, catador de papel, morador da Pedreira Prado Lopes, em 21/03/03).

(b) Era mais ou menos umas dez e meia quando comecei a escutar os grito. Pela minha porta deu para ouvir que era um rapaz correndo de uns três que tavam atrás dele. Ele corria pelos beco gritando e batia desesperado nas porta pedindo pelo amor de Deus para abrir. Ele batia, batia, batia, pedia ajuda, pelo amor de Deus. Mas ninguém abria que ninguém é doido de acudir numa situação dessas, né? Os que tava atrás dele só gritava: ‘vai morrê, filho da puta, vai morrê!’ Aí comecei a ouvir só os pipoco. Parecia que eles corria atrás do coitado e atirava pelos beco. Pelo que deu pra ouvir, eles vieram tudo pelo Beco do Profeta e fecharam o rapaz no São Geraldo mesmo. Foi muito tiro, muito tiro, e bem perto da minha porta. Tava um silêncio danado na favela e só dava pra ouvir o cara pedindo pelo amor de Deus, pelo amor de Deus. Eles encheram ele de pipoco e um gritava sem parar: “viu mané? Viu mané?”

Foi uma coisa horrorosa, porque você não pode se meter. Tem que ouvir o cara morrê na sua porta e não pode fazer nada. Se entrar no meio, leva azeitona junto com quem eles tá caçando. Tem que ouvir tudo e fingir que não tá acontecendo nada. Às vez você até reconhece a voz de quem é que tá gritando, as voz de quem é que tá cobrando a parada. Aí você até encontra com eles na rua no dia seguinte. Mas tem que fingir que não ouviu nada, que não rolou nada. E assim vai levando a vida. Se o cara morrê cheio de bala na sua porta, você tem que deixar como tá porque senão eles cobra mesmo. É caixão e vela preta (W. S. C., 31 anos, desempregado, morador da Pedreira Prado Lopes em 11/02/04).

5.1. O cenário

Apesar de incontáveis investigações policiais já terem demonstrado que o tráfico de drogas possui uma posição consolidada na PPL há mais de duas décadas, a opinião pública nunca tomou pleno conhecimento do verdadeiro regime de terror e violência imposto na favela pelas quadrilhas de traficantes. Justiça seja feita, durante os dias é muito difícil notar qualquer movimentação anormal. Isso acontece porque, neste período, grande parte das quadrilhas da favela recolhe-se em seus esconderijos e, conseqüentemente, a movimentação gerada pelo tráfico vive seu momento de maior calma.

Durante os dias, os sinais do tráfico são muito discretos e pouco evidentes. Observa-se um garoto ou outro parado nas esquinas durante horas a fio sem fazer aparentemente nada. Observa-se que alguns rapazes ficam simplesmente o dia inteiro sentados em determinadas calçadas do morro, aparentemente sem qualquer atividade. São os “olheiros” ou, como eles mesmos gostam de se chamar, os “atividade”. Garotos que nunca carregam armas ou drogas. Mas que, em troca de pequenas somas de dinheiro ou porções de drogas, encarregam-se de avisar os traficantes de qualquer movimentação estranha, seja ela da polícia ou de uma quadrilha rival.

Observa-se também que, discretamente, alguns táxis entram no morro sem passageiros e, minutos depois, retornam igualmente vazios. São os chamados “mulas” do tráfico, ou seja, taxistas que pegam carregamentos de drogas e ficam responsáveis por levá-los a outras favelas da capital. Sem passageiros, eles nunca levantam suspeitas da polícia e o risco de serem abordados em uma blitz é mínimo. Mas, salvo estas raríssimas exceções, o que se vê é o que se vê em qualquer favela ou vila da capital: centenas de pessoas nas ruas, ocupadas com seus afazeres e realizando tarefas cotidianas.

Durante as noites, em compensação – justamente quando os olhos da opinião pública tornam-se completamente alheios à realidade das favelas –, é possível ver do que os moradores reclamam durante as entrevistas. É como se a Pedreira se

transformasse. Obedecendo a um toque de recolher informal, a maioria da comunidade se tranca dentro de casa, porque determinadas ruas da favela tornam-se proibidas para a população em geral. Estas pequenas vias são tomadas por grupos de adolescentes ostensivamente armados, que vigiam qualquer movimentação e determinam quem pode ou não passar por elas. Precisamente ao cair da noite, a Pedreira Prado Lopes deixa de ser apenas o lar de toda uma comunidade de trabalhadores para se transformar no “paraíso do *crack*” de Belo Horizonte. Alguns poucos bares que ficam nas principais ruas da favela transformam-se em freqüentadíssimos pontos de venda de drogas, assim como várias esquinas do morro, principalmente aquelas próximas à avenida Presidente Antônio Carlos.

Nos finais de semana, o movimento é muito maior do que durante os dias normais. Na Pedreira, a grande festa das drogas começa na tarde de sábado e vara a madrugada até a manhã de domingo. O cruzamento formado pela avenida José Bonifácio com o começo das ruas Carmo do Rio Claro e Araribá torna-se uma feira livre das drogas. As “bocas-de-fumo” vendem como nunca e registram uma movimentação financeira assustadora. Alguns traficantes que atuam na PPL garantem que, somente pelo sistema de varejo, todas as “bocas-de-fumo” da Pedreira juntas negociam, por noite, cerca de dois quilos de crack. Para se ter uma idéia do poderio econômico deste comércio, deve-se levar em conta que um grama de crack é o suficiente para confeccionar quatro pedras da droga. Como cada pedra é vendida, geralmente, a R\$5,00 ou R\$10,00, chega-se à impressionante soma de R\$60 mil negociados por noite na PPL, em média, apenas em crack. Se esta contabilidade informal estiver correta, chega-se a um mercado que movimentaria, por mês, a impressionante soma de R\$1,8 milhão, ou o equivalente a US\$600 mil. Por ano, pode-se chegar à quantia de US\$7,2 milhões movimentados apenas com a venda de *crack*.

Grande parte de todo este dinheiro é reinvestido na compra de drogas, assim como na obtenção de armamentos cada vez mais pesados, que servem para garantir a segurança da quadrilha. Em um mercado que não possui qualquer tipo de regulamentação legal, não sobrevive apenas aquele que consegue oferecer o melhor preço: sobrevive principalmente aquele que, pela força das armas, consegue estabelecer e manter um ponto de venda em um local seguro, porém de fácil acesso. Essa característica da territorialidade é fator determinante porque, no caso da PPL pelo menos, o usuário contumaz de crack sempre estabeleceu uma relação de fidelidade para com o local onde ele compra sua droga, não necessariamente com quem a vende. Portanto, o estabelecimento de um bom ponto e, principalmente, sua manutenção constituem prioridade para o traficante.

5.2. O envolvimento

Ainda que hoje seja possível observar a participação de vários jovens nas quadrilhas de traficantes da PPL, pode-se dizer que o envolvimento de todos eles com o tráfico não aconteceu de forma repentina. Muito antes pelo contrário, a entrada destes garotos para as quadrilhas foi um processo lento e gradual. Os que atualmente engrossam as fileiras das gangues, por exemplo, começaram a se envolver com o “movimento” há vários anos, mais precisamente no início da década de 90, quando a maioria ainda estava entrando na adolescência.

Aliás, parece que é justamente na transição da infância para a adolescência que aqueles garotos começam a se envolver de forma mais direta com o tráfico. Ainda novos, mas sempre atraídos pelo misto de medo e admiração que os traficantes despertam em muitos adolescentes de comunidades pobres, vários destes garotos contam que começaram a se aproximar do “movimento” de maneira informal e muitas vezes até despercebida. Aparentemente, isso acontece porque, muito mais do que uma solução para os problemas financeiros, a entrada para o tráfico é encarada por vários destes garotos como um novo e fascinante estilo de vida. A participação em uma quadrilha de traficantes significa para eles a obtenção de respeito e visibilidade social em meio a uma comunidade de miseráveis e excluídos. Colocar uma arma na cintura e fazer a segurança de uma “boca-de-fumo” garantirá a eles a certeza de serem reconhecidos nas ruas da favela. Garantirá a eles uma presença marcante junto às mulheres do morro e ao restante da comunidade.

Moradores da PPL também confirmam que o envolvimento dos meninos com os traficantes acontece sempre de forma bastante lenta e gradual. Aos poucos, muitos daqueles garotos começam a freqüentar os pontos de venda de drogas, movidos pela curiosidade e pelo fascínio que os traficantes sempre fortemente armados despertam. Longe da vigilância sempre precária dos pais e com bastante tempo livre, as conversas com os traficantes, que antes eram rápidas e ocasionais, começam a se tornar mais demoradas e freqüentes. Ainda que não sejam consumidores de qualquer tipo de droga, muitos começam a freqüentar os pontos de venda para ver como funciona o negócio. Em meio à comunidade da Pedreira, o simples fato de ser cumprimentado na rua por um traficante ou poder dizer que é “considerado” de um deles já é suficiente para conferir *status* ao rapaz.

Parece que a presença sempre ostensiva de armas de fogo e de muito dinheiro fascina aqueles meninos, assim como a imagem de prestígio e força que os traficantes emanam. Moradores contam que, aos poucos, muitos rapazes começam a ganhar a confiança dos criminosos que passam a lhes pedir pequenos favores. Um recado que é levado de forma rápida e precisa, a compra de um maço de cigarros ou de um marmiteix são recompensados com pequenas quantias de dinheiro ou até mesmo com algumas buchas de maconha – droga que é amplamente difundida en-

tre os jovens. Alguns daqueles rapazes contam que é difícil precisar quando é que alguém deixa de ser um colaborador eventual e passa a ser um traficante. Muitos chegam a dizer que, quando dão por si, já conhecem de perto toda a movimentação de uma “boca-de-fumo” e passam a exercer funções definidas na quadrilha.

Na maioria das vezes, a aquisição de uma arma de fogo é o símbolo definitivo de que aquele garoto deixou de ser um prestador de pequenos serviços eventuais e passou a ser um membro da quadrilha. A posse de uma arma de fogo possui uma força simbólica sem precedentes entre a comunidade da favela. No meio da comunidade, uma arma na cintura significa o mesmo que dizer que o rapaz optou definitivamente pelo estilo de vida do crime, um caminho que, na maioria das vezes, não tem volta. A partir do momento em que um destes meninos coloca uma arma na cintura, ele está automaticamente anunciando a todos que deixou de ser apenas um menino. Ele agora é homem feito e como tal irá ganhar a própria vida pela via criminosa.

Ao colocar uma arma na cintura, aquele adolescente também está anunciando a todo os seus desafetos que ele está definitivamente pronto para entrar naquele interminável ciclo de trocas de tiros, mortes e vinganças que se promovem nas favelas entre vários grupos de adolescentes. Em uma comunidade cujo imaginário muitas vezes ainda é pautado por uma versão estereotipada da honra masculina, do machismo e da lei do mais forte, empunhar o “ferro” significa que o menino passou definitivamente para o mundo do crime e, mais do que isso, que deixou de ser um garoto para se tornar homem.

Aliás, no que se refere à questão da masculinidade, observa-se que a participação em quadrilhas envolvidas com o tráfico de drogas tornou-se, pelo menos na Pedreira Prado Lopes, a maneira que alguns jovens encontram de se afirmar como “homens feitos” perante os moradores do local. Contribuíram para isso toda a simbologia das quais as próprias quadrilhas estão imbuídas: a virilidade, a masculinidade, a imposição de suas leis pela força física e a presença sempre ostensiva das armas de fogo, símbolos fálicos por excelência. A partir do momento em que fazem parte de uma quadrilha de traficantes, estes garotos sentem-se mais homens, mais fortes, mais viris.

E toda esta sensação de poder e virilidade também parece ser alimentada por algumas mulheres da comunidade, uma vez que muitas delas demonstram-se atraídas pela aura de força e masculinidade que emana da figura do quadrilheiro. Vários destes garotos relatam que, entre outras coisas, o pertencimento a uma quadrilha fez com que fosse mais fácil conseguir namoradas ou amantes. Em meio a uma comunidade historicamente violenta e composta por miseráveis e fragilizados pais de família, a figura do bandido fanfarrão, do macho forte que tem condições de sustentar e proteger várias mulheres parece exercer grande atração sobre algumas garotas do local.

Mais uma vez, nota-se que, no seio de toda esta discussão, talvez esteja colocada a questão da invisibilidade social da qual estes garotos são vítimas. Nascidos e criados em meio a uma comunidade de excluídos, a impressão que se tem é que estes meninos convivem, desde muito cedo, com a nítida sensação de serem socialmente invisíveis. Tanto que, quando perguntados sobre o motivo que os levaram a entrar para quadrilhas de traficantes, as respostas mais comuns são “dinheiro fácil” e “respeito da comunidade”. Observa-se claramente que, mais do que “dinheiro fácil” e “respeito”, talvez estes garotos estejam apenas querendo deixar de ser “mais um miserável”, em meio a tantos outros de sua comunidade. Parece que o envolvimento com o tráfico faz com que estes adolescentes tenham a nítida sensação de serem temidos, respeitados e, por que não dizer, admirados.

Parece estar difundida entre estes garotos um culto a um estilo de vida que, ainda que breve, é intenso, perigoso e emocionante. Muito mais do que uma rotina regrada, humilde e parcimoniosa, estes meninos querem viver, de uma só vez, tudo aquilo que há para ser vivido. Querem conquistar o respeito e a admiração de sua comunidade pela força das armas, das demonstrações públicas de coragem. Muito mais do que trabalhar de sol a sol por um salário de fome, querem encher os bolsos de dinheiro e gastá-lo no dia seguinte em roupas caríssimas, mulheres, bebidas e armas mais poderosas. Quando questionados sobre os reais motivos de terem entrado para o tráfico, estes garotos demonstram claramente que não se tratou apenas de uma opção financeira. Ainda que uns pareçam ter mais consciência do que outros, praticamente todos eles sabem que, no fundo, foi uma decisão moral, uma decisão relativa à construção de uma identidade social. A entrada para o tráfico não representa apenas a possibilidade de ganhar dinheiro. Representa a possibilidade de viver intensamente, de despertar medo e admiração, de obter poder, de fazer parte de um grupo no qual se é a própria personificação da lei, dos juízes e dos executores. Para estes meninos, muito mais do que “dinheiro fácil”, o tráfico passou a representar a possibilidade real de conquistar visibilidade social.

5.3. A organização interna

Como acontece em muitas empresas tradicionais, na maioria das vezes a entrada de um garoto para uma quadrilha de traficantes acontece por meio de funções consideradas “menores”. E, assim como no mercado formal, as promoções dentro da “empresa” também irão acontecer à medida que ele demonstrar eficiência e confiabilidade. Ganhar a confiança de membros bem colocados na quadrilha significa, muitas vezes, a conquista de um posto mais alto na hierarquia do grupo.

5.3.1. A venda

Depois de receber seus carregamentos, os grupos que atuam na Prado Lopes tratam de organizar todos os aspectos inerentes à venda do material. Ou seja, mobilizam seus esforços no sentido de conseguir uma forma de estocar a droga, prepará-la para o consumidor final e estabelecer pontos de venda em locais de fácil acesso. Alguns barracões localizados no interior da favela servem como centros de estocagem e preparo. E assim como fazem as quadrilhas do Rio de Janeiro, os traficantes da PPL, chamam de “endolação” o trabalho de preparo e acondicionamento da droga em pequenos sacos plásticos que serão repassados aos consumidores finais.

Em geral, os carregamentos são guardados em casas de moradores honestos – que mantêm uma relação de convivência forçada com os criminosos –, ou em barracões que não levantam a suspeita da polícia. E, ainda assim, o material é escondido dentro de caixas d’água, enterrado nos quintais, colocado em forros de sofá ou em qualquer lugar que não levante suspeita no caso de uma improvável batida policial. O “bom traficante” jamais é apanhado com drogas ou armas dentro da própria casa.

Depois de preparadas, as drogas são distribuídas pelas diversas “bocas-de-fumo”, onde os “vapores” se encarregarão de vendê-las aos usuários. Na Pedreira, cada “vapor” recebe uma carga de 90 pedras de *crack* para vender de cada vez. A pequena quantidade de drogas entregue a cada vendedor obedece a uma lógica de segurança: se ele for preso pela polícia, estará com relativamente pouco dinheiro nas mãos e, se já tiver vendido boa parte da carga, poderá ser autuado apenas pelo crime leve e afiançável de uso de drogas. Se estivesse com uma grande quantidade de entorpecentes, poderia ser preso por tráfico.

No caso da Pedreira, parece nunca ter havido a preocupação de camuflar a existência dos pontos de venda de droga – característica que, aliás, levanta séria suspeita quanto à participação da polícia no negócio. As principais e mais lucrativas “bocas-de-fumo” ficam na parte baixa do aglomerado, justamente devido à proximidade da avenida Presidente Antônio Carlos, uma via que dá acesso fácil e rápido a toda a região central de Belo Horizonte. Durante as noites, é fácil ver a intensa movimentação de carros e pedestres nestas regiões, assim como dos traficantes, que conseguiram organizar uma verdadeira feira livre das drogas no local.

Na Pedreira, o contato entre usuários e traficantes acontece de forma bastante direta e ostensiva. Com razoáveis quantidades de drogas guardadas nos bolsos ou em pequenas bolsas, os traficantes ficam parados em pontos estratégicos localizados próximos às “bocas-de-fumo” e, sem qualquer constrangimento, oferecem o produto a qualquer pessoa que passe por seu campo de visão. Em geral, os consumidores mais assíduos reconhecem com facilidade um “vapor” e não esperam

nem mesmo sua abordagem. Já tratam de se aproximar deles com perguntas do tipo “tem aí?”. A negociação geralmente é rápida, porque os consumidores já conhecem a droga vendida na PPL e os preços lá praticados.

Quando a droga de um “vapor” acaba, ele vai até a “boca-de-fumo” ou até mesmo ao barraco da “endolação” para pegar uma nova carga. Este trabalho também pode ser feito pelos “aviões”, que são rapazes encarregados de transportar pequenas cargas de drogas entre os pontos de estocagem e os pontos de venda direta. Os “aviões” também podem fazer o transporte da droga entre uma favela e outra. No caso da Pedreira, alguns “aviões” também são encarregados de levar cargas de drogas para vendedores que atuam na região central de BH. Geralmente, garotos menores de idade são usados para este trabalho, para evitar prisões desnecessárias de membros mais importantes da quadrilha.

5.3.2. A segurança

Como se trata de um mercado ilícito e sem qualquer tipo de regulamentação formal, todas as leis do tráfico de drogas tiveram de ser impostas pelo poder das armas de fogo e pela medição de forças entre as quadrilhas. Nesse sentido, observa-se que a territorialidade ou a noção de território tornou-se um fator de fundamental importância entre os grupos que atuam na Pedreira Prado Lopes. Cada quadrilha vigia o seu terreno de forma ostensiva contra a ação de possíveis inimigos ou concorrentes. Como que em um acordo tácito, um bando não vende drogas na área do outro, até mesmo para evitar conflitos desnecessários que certamente atrairiam a presença da polícia e afastariam os clientes.

No que se refere à segurança, por exemplo, a vigilância dos pontos de venda de drogas não é feita apenas junto às “bocas-de-fumo” propriamente ditas. Para garantir o funcionamento adequado do negócio, os traficantes posicionaram um grande grupo de informantes em várias vias de acesso à favela. Usando telefones celulares ou emitindo gritos previamente combinados, os vigilantes são os responsáveis por avisar os traficantes da presença da polícia ou de grupos rivais. Os “olheiros” ou “atividades”, como são chamados estes vigilantes, usam até mesmo rádios comunicadores de baixa frequência para se comunicar. Geralmente, este serviço é feito por adolescentes ou até mesmo crianças que recebem pequenas quantias em dinheiro ou buchas de drogas para consumo próprio.

Nas imediações dos pontos de venda de drogas, vários rapazes ficam responsáveis pela segurança armada das “bocas-de-fumo” propriamente ditas. Por uma questão de segurança, os “soldados”, que é como são chamados os vigilantes armados do tráfico, não costumam ficar exatamente no mesmo lugar que os vendedores de drogas. Na PPL pelo menos, eles ficam nas proximidades dos pontos de venda, sempre em uma distância que lhes permita, de forma segura, garantir o

andamento normal dos negócios e fugir da polícia em caso de alguma batida na área da “boca”.

Nas “bocas” consideradas mais problemáticas, que são aquelas que ficam mais próximas ao território da quadrilha rival ou mais para o interior da favela, alguns “soldados” fazem questão de mostrar ostensivamente suas armas, para dissuadir qualquer tentativa de invasão ao seu território. Durante as noites na Pedreira, é fácil notar a presença de rapazes armados nas ruas Pedro Lessa, Carmo do Rio Claro, Araribá, Marcazita, Escravo Isidoro e nas imediações da rua Serra Negra.

5.3.3. As funções e a hierarquia

Apesar de não haver um único comando gerenciando todo o comércio de entorpecentes da região da Pedreira, observa-se que todas as quadrilhas daquela favela se organizaram em torno de uma certa divisão de funções. Existem membros responsáveis pela venda das drogas, existem membros responsáveis pela vigilância – armada ou não – do negócio, assim como existem membros responsáveis pelo transporte das drogas entre os pontos de venda da favela e até mesmo entre a Pedreira e outras regiões de Belo Horizonte. Nestes grupos, quem geralmente se torna líder e acaba por distribuir as funções entre os membros do bando é o “gerente”, ou seja: aquele que consegue estabelecer um contato permanente com o fornecedor de drogas e, conseqüentemente, garante o abastecimento de drogas necessário para as atividades do grupo. Este “gerente”, por sua vez, distribui as tarefas entre os demais membros da quadrilha, de acordo com o nível de amizade e confiança que possui para com eles.

Como foi dito anteriormente, a entrada de novos membros na quadrilha acontece de forma lenta e gradual, na medida em que estes consigam conquistar a confiança dos integrantes mais antigos. Em um primeiro momento, estes rapazes recebem tarefas sem qualquer importância, em troca de “consideração”, ou ainda pequenas somas de dinheiro ou drogas. Buscam comida, bebidas e cigarros para os quadrilheiros que estão de serviço na “boca”, organizam as filas de clientes, levam recados e qualquer outro tipo de serviço eventual que não exija responsabilidade ou comprometa o “movimento”.

O “degrau seguinte” a ser galgado por aquele que pretende entrar para uma quadrilha é o de receber uma função fixa dentro do bando. Assim que consegue conquistar a confiança dos membros mais antigos, os adolescentes passam efetivamente a realizar um trabalho dentro do grupo e a receber dinheiro de forma mais regular. Evidentemente que, no começo, estes rapazes continuam exercendo funções de menor importância. Mas o simples fato de já terem sido aceitos no grupo significa para estes garotos uma possibilidade real de crescimento dentro

da hierarquia da quadrilha.

Na PPL, é possível observar que um dos primeiros cargos conseguidos pelos novos membros é o de “olheiro”. Em turnos que podem chegar a até seis horas de “trabalho”, estes rapazes ficam sentados nas principais entradas do aglomerado, vigiando toda a movimentação da região. A passagem de qualquer pessoa ou carro suspeito é rapidamente identificada por estes garotos, que tratam de imediatamente avisar os traficantes do ocorrido. Alguns deles possuem telefones celulares, outros ligam de telefones públicos ou emitem gritos previamente combinados com os criminosos. Em um ambiente como o da Pedreira Prado Lopes, onde praticamente todas as vias são muito estreitas e todos os moradores são bastante conhecidos, qualquer presença estranha chama logo a atenção dos olheiros. Na PPL, a imensa maioria dos olheiros não recebe uma remuneração fixa em troca de seus serviços. Como quase todos estes rapazes são viciados, recebem grande parte de seu pagamento em pequenas porções de drogas e, ocasionalmente, algum dinheiro. Alguns deles chegam a trabalhar em troca de roupas e refeições diárias.

Aos garotos de maior confiança, os traficantes da Pedreira delegam o transporte de pequenos carregamentos de drogas. São os chamados “aviões” ou “mulas”. Na gíria das gangues da PPL, um rapaz que faz um “avião” ou “correria” é aquele encarregado de transportar pequenas quantidades de drogas dentro da própria favela. Geralmente, ele leva os pequenos pacotes de drogas entre as casas que são usadas para armazenar o produto – que ficam no interior da favela, e as “bocas-de-fumo” que funcionam nas ruas que margeiam o aglomerado.

Ainda na gíria dos traficantes da Prado Lopes, as “mulas”, por sua vez, são aqueles rapazes que transportam carregamentos um pouco maiores de drogas, até determinados pontos fora da favela. Recentemente, a polícia conseguiu informações que dão conta de que muitos taxistas são utilizados para este serviço. Eles pegam os pacotes nas “bocas-de-fumo” da PPL e levam a droga até receptadores no centro de Belo Horizonte ou até mesmo para outras favelas da região metropolitana. Este expediente é considerado mais seguro pelos traficantes porque os taxistas sem passageiros raramente são parados pela polícia. Na Pedreira, tanto os “aviões” quanto os “mulas” não possuem “salário” fixo. Eles ganham por serviço prestado à “boca”.

Outra função que também consome os esforços de vários membros da quadrilha está ligada ao processo de preparação da droga que será vendida ao consumidor final. Para render mais, a cocaína é misturada a fermento, bicarbonato de sódio e anestésicos. Depois de serem “malhadas”, as drogas são acondicionadas em pequenos embrulhos plásticos, que serão repassados ao consumidor final. Este processo de embalagem das drogas é chamado pelos traficantes de “endolação” e é realizado por pessoas de extrema confiança dos chefes da quadrilha. Na Pe-

dreira, um “endolador” pode chegar a ganhar R\$500,00 por mês, trabalhando em turnos de seis horas diárias.

Outro cargo existente dentro da hierarquia do tráfico da PPL é o de “vapor”, ou seja, aquele que será responsável pela venda direta das drogas ao consumidor final. Na Pedreira, os “vapores” também são criteriosamente escolhidos, uma vez que é ele que, em última instância, ficará responsável pelo comércio direto dos entorpecentes. Nesse sentido, existe um rígido controle sobre a quantidade de drogas que ele tem nas mãos para vender e o dinheiro que deverá arrecadar com a transação ao final de um turno de trabalho, que também chega a ser de seis horas. Comenta-se na Prado Lopes que a expressão “vapor” foi importada dos traficantes cariocas que, por sua vez, teriam dado este nome aos vendedores porque eles “evaporam” com a chegada da polícia.

Atualmente, o cargo de “vapor” é um dos mais visados pelos jovens que querem entrar para o tráfico. Isso acontece porque, além de ganhar a confiança do chefe da “boca” e receber um salário-base de aproximadamente R\$900,00 por mês, um “vapor” possui chances reais de subir na hierarquia da quadrilha, se trabalhar com disciplina e eficiência. Além disso, se ele conseguir clientes fiéis, pode aumentar sua margem de lucros.

Finalmente, um dos “cargos” mais respeitados da quadrilha é o de “soldado”. Estes rapazes são o braço armado do bando. Com pistolas semi-automáticas, metralhadoras e até mesmo fuzis, eles são os principais responsáveis pela segurança de todo o grupo. Na PPL, um “soldado” ganha, inicialmente, R\$1.500,00 por mês, para desempenhar a tarefa que talvez seja a que mais desperta medo e admiração entre os rapazes da comunidade. Em uma atividade cuja rotina é tão nitidamente permeada pela violência, o “soldado” é a personificação do instrumento sobre o qual repousa, em última instância, todo o poder da quadrilha: a força e a ameaça das armas de fogo.

Geralmente, a segurança das “bocas-de-fumo” é feita por garotos que demonstram ter o que os adolescentes da Pedreira chamam de “disposição”. “Disposição”, no caso, significa ter “disposição” para matar um inimigo ou um devedor ou, se for o caso, “disposição” para se arriscar em um tiroteio com quadrilheiros rivais ou até mesmo com a Polícia. Em algumas ruas da PPL, principalmente naquelas que ficam próximas aos locais onde funcionam as “bocas-de-fumo”, é possível ver, mesmo durante o dia, rapazes andando ostensivamente armados. Esta postura, apesar de arriscada, é o símbolo maior de que aquela área pertence a uma determinada quadrilha e que este grupo está pronto para enfrentar qualquer um que se atreva a desafiar seu domínio naquela região.

O escalão seguinte dentro da hierarquia da quadrilha é o de “gerente”. Assim

como aconteceu entre as gangues do Rio de Janeiro, na Pedreira é ele quem controla os soldados, os vapores e, em última instância, todos os demais membros do grupo. Durante a realização desta pesquisa, fui informado por mais de uma fonte que, na PPL, um gerente pode chegar a faturar cerca de R\$3.500,00 por mês a título de salário e, às vezes, até mesmo uma pequena participação sobre os lucros da “boca”. Para ser gerente, a pessoa precisa saber controlar toda a movimentação financeira da “boca”, precisa organizar os turnos de trabalho dos soldados e vapores, controlar a disponibilidade e o uso das armas da quadrilha, ter controle sobre o processo de endolação e, mais importante, precisa cuidar para que a polícia fique longe dos negócios da gangue. Durante as entrevistas feitas na Pedreira, vários traficantes garantiram que são os gerentes que providenciam, semanalmente, o pagamento de propinas aos policiais que trabalham na favela.

No topo da hierarquia do tráfico da PPL, estão os chamados “donos das bocas”, que são aqueles traficantes que possuem contato direto com os fornecedores atacadistas e abastecem de drogas e armas todas as gangues do morro. Em última instância, toda a estrutura das quadrilhas depende dos “donos de bocas”, que fornecem aos garotos todas as drogas vendidas no morro, assim como as armas necessárias à manutenção do negócio. Apesar de praticamente nunca se envolverem diretamente nos negócios das “bocas”, os donos, ou “patrões” são as figuras mais respeitadas dentro do mundo do tráfico.

Considerações finais

Acreditamos já ter ficado claro que a violência e a criminalidade não se distribuem de maneira uniforme pela cidade. De acordo com os registros da Polícia Militar de Minas Gerais, aproximadamente 20% dos 3.256 homicídios cometidos em Belo Horizonte, entre os anos de 1998 e 2002, aconteceram em apenas seis favelas da capital. Ou seja, um em cada cinco assassinatos cometidos em BH acontece em apenas 4,3% da área total da cidade. Não há como negar, portanto, que existe uma altíssima concentração de crimes violentos em poucas áreas de Belo Horizonte.

A primeira hipótese na qual este trabalho se ancorou foi a de que não se pode estudar o fenômeno do crime sem analisar, também, o local e o ambiente onde ele se manifesta. Diversos indícios nos levam a concluir que existe, sim, uma relação muito íntima entre a configuração ambiental e social assumidas por determinadas localidades e as taxas de criminalidade que elas apresentam, como propõem estudos apresentados por Shaw e Mckay; Sampson *et al.* (1997) e Morenoff *et al.* (2001). No caso específico das seis favelas mais violentas de Belo Horizonte, parece-nos muito coerente dizer que existem nelas algumas particularidades que as

fazem ter os maiores índices de criminalidade da capital. Nestes locais, diversos fatores históricos, estruturais, culturais e socioeconômicos interagem entre si no sentido de produzir um ambiente altamente propício ao surgimento e à consolidação de altas taxas de violência e da criminalidade. Particularmente, acreditamos que é justamente na identificação destes fatores e na análise precisa de como eles interagem entre si no sentido de produzir um ambiente criminógeno que se encontram os principais pilares do presente estudo.

Inicialmente, é possível afirmar que os dados coletados na favela Pedreira Prado Lopes indiciam, claramente, a presença de todos os fatores apresentados nas teorias, confirmando a idéia de que, em função dessas características, determinadas comunidades tornam-se ambientes altamente propícios ao surgimento e à consolidação de altos índices de criminalidade. Os dados coletados e analisados indiciam, portanto, que a Pedreira é hoje uma comunidade com alto índice de desorganização social e baixa eficácia coletiva, o que, historicamente, permitiu a forte entrada do tráfico de drogas em seu território e a consolidação de várias gangues ligadas à sua exploração.

Como foi demonstrado em capítulos anteriores, a própria história da formação da Prado Lopes já nos fornece indícios bastante precisos de como a favela tornou-se o que é hoje: o seu surgimento a partir de uma espécie de acampamento para centenas de operários vindos das mais diversas regiões do Estado, que trabalhavam em uma gigantesca pedreira localizada às margens de onde hoje é a favela; o fato de algumas famílias estabelecerem residências no local, de forma improvisada e provisória, na expectativa de se mudar para um lugar melhor; o fato de terem-se passado anos até que houvesse ali a real intenção de se formar uma comunidade; o fato de que somente depois de algumas décadas de sua existência é que a favela passou a receber moradores com a real intenção de constituir um lar. Ou seja, durante muitos e muitos anos, a PPL nada mais foi do que um dormitório provisório para operários que vinham do interior e, ainda, não tinham condições de viver em um bairro melhor. Tais elementos caracterizam exatamente os principais fatores apontados pela teoria da “Desorganização Social”, de Shaw e Mckay (1942), como sendo um empecilho à coesão social e, conseqüentemente, um fomentador da violência e do crime. Enfim, todos estes fatores concorreram para que a Pedreira abrigue uma comunidade socialmente pouco coesa e extremamente desorganizada. Uma comunidade em que nenhum dos moradores orienta sua ação no sentido de promover o bem coletivo e zelar pela segurança e preservação de sua vizinhança.

Dados coletados e analisados nesta pesquisa também nos possibilitaram ver que toda esta concentração de desvantagens estruturais e socioeconômicas contribuiu para que a comunidade da Prado Lopes demorasse várias décadas para

organizar suas primeiras entidades representativas e, conseqüentemente, para começar a formalizar suas reivindicações de maneira mais sistemática. A primeira associação de moradores surgiu apenas em meados da década de 70, quando a população começou a ter consciência de que precisava agir em conjunto para conseguir promover melhorias na favela, mas, ainda assim, a imensa maioria dos moradores do aglomerado continuou sem tomar qualquer conhecimento dos canais de participação popular que começavam a se instalar no seio da PPL, fato que confirma que a população da Pedreira está muito longe de constituir uma comunidade socialmente coesa. Além disso, a grande descrença por parte da maioria dos moradores com relação aos meios de reivindicação reafirma a idéia da falta de coesão social e da capacidade de mobilização da comunidade.

Ao final da realização desta pesquisa, os dados coletados e analisados indicaram também que praticamente todas as instituições que deveriam promover a socialização e a coesão social entre os indivíduos da Pedreira encontram-se em estado de extrema deterioração e falência. As escolas públicas que atendem às crianças do aglomerado, por exemplo, não possuem instalações minimamente dignas, nem mesmo condições financeiras, estruturais ou sociais de ministrar um ensino de qualidade e manter as crianças nas salas de aula. Tudo isso, somado à falta de uma estrutura familiar mais definida – é extremamente comum na Pedreira a existência de famílias que não contam com a presença da figura paterna e são chefiadas por mães que se vêem obrigadas a trabalhar o dia inteiro fora – e o histórico de um lar de baixíssima escolaridade, concorre para que as crianças não contem com qualquer tipo de supervisão e, conseqüentemente, não desenvolvam o hábito do estudo.

Vale lembrar, ainda, que o nível de escolaridade dos moradores é baixíssimo – 77% dos que possuem apenas o primeiro grau completo, enquanto 15% não possuem qualquer tipo de escolaridade. Em meio à miserável e difícil vida da favela, observa-se que as crianças são criadas dentro de uma estrutura simbólica que confere muito mais valor ao trabalho braçal, que garantirá o sustento da família no final do mês, do que aos estudos formais, que não propiciam retorno prático a curto prazo. Criados em um ambiente de extrema carência e pobreza, as crianças da Pedreira já nascem representando um “peso” para os pais que, geralmente, não ganham mais do que um salário mínimo mensal. Portanto, toda a estrutura socioeconômica e cultural na qual estas crianças estão inseridas contribui para que elas sejam empurradas rapidamente para fora da escola e dos estudos, em direção ao mercado de trabalho informal ou ao subemprego.

Filhos de famílias que muitas vezes não contam com a figura paterna e vivendo amontoados em miseráveis casas que não raramente abrigam várias famílias, as crianças e adolescentes da Pedreira acabam por se criar por conta própria no

degradado ambiente da favela. Como foi colocado anteriormente por este estudo, vários indícios nos levam a crer que grande parte do processo de socialização e aprendizado de crianças e adolescentes da PPL acontece nas ruas do aglomerado, sem qualquer tipo de supervisão por parte dos pais. Devido à deterioração de praticamente todas as instituições formais e informais de socialização e controle, todas as atividades grupais desenvolvidas por aqueles jovens seguem curso sem que a família tome sequer conhecimento delas.

Outro aspecto a ser ressaltado na finalização desta pesquisa é a constatação de que, assim como diversos estudos já demonstraram (Sampson *et al.*, 1997; Thrasher, 1927), parece ter sido precisamente a partir das primeiras turmas de amigos e dos inofensivos grupos de brincadeiras que se formaram os embriões das gangues juvenis que hoje são responsáveis pela maioria dos crimes cometidos na Pedreira. Brincando em turmas pelas ruas da favela e sempre longe dos olhos dos pais, foi nas ruas que as crianças fizeram seus primeiros contatos com os traficantes da região e começaram, gradativamente, a se envolver com eles. Assim, os dados desta pesquisa nos permitem concluir que, na Pedreira, a prática dos primeiros atos delinquentes e o envolvimento das crianças e adolescentes com as quadrilhas do tráfico de drogas foram extremamente facilitados pela falta de supervisão e controle dos processos de socialização e das dinâmicas grupais desenvolvidas por eles nas ruas da favela.

Sem contar com a presença de uma estrutura familiar mais rigidamente definida e de qualquer atividade supervisionada que lhes preenchesse o tempo livre, muitos jovens da Prado Lopes foram socializados pelas próprias quadrilhas do “movimento” que, simbolicamente, acabaram por se constituir em verdadeiras famílias para aquelas crianças. E, ao que tudo indica, uma vez dentro das quadrilhas, dá-se início a um processo que é tão bem descrito por autores como Frederic M. Thrasher (1927), Decker e Van Winkle (1996) e Alba Zaluar (1994): as crianças e adolescentes acabam sendo socializadas em meio a uma estrutura simbólica pautada pelo machismo, pela virilidade, pela submissão de toda uma comunidade ao despotismo das armas de fogo e da lei do mais forte. Por meio de um processo de completa imersão, os jovens da PPL rapidamente incorporam todos os hábitos, valores e representações simbólicas das quadrilhas. Com armas cada vez mais perigosas na cintura, todos eles acabam sendo criados dentro de uma verdadeira subcultura da violência. Dentro das quadrilhas, os jovens tornam-se parte de uma entidade, de uma instituição que acaba por potencializar todo o seu rancor, todo o seu ódio às humilhações que sofrem desde muito cedo, à invisibilidade social que experimentam em cada esquina da cidade, à completa falta de perspectivas e a toda uma vida de submissão e servilismo.

Ainda que seja apenas dentro do microcosmo social da Pedreira Prado Lo-

pes, aqueles rapazes tornam-se mais do que visíveis, eles passam a ser admirados, temidos, desejados. Apesar da pouca idade, despertam o medo por onde passam, graças à ameaça constante das armas de fogo, símbolos fálicos por excelência. Seu modo de falar, de agir, de andar passa a ser imitado pelos mais novos, que trilham exatamente o mesmo caminho anteriormente percorrido por eles. Dentro das quadrilhas, tudo é mais fácil para os jovens da Pedreira. Todas as mulheres do morro estão ao simples alcance de um olhar, as melhores e mais caras roupas passam a ser sua vestimenta diária e nada lhes é negado. Dentro do pequeno feudo favelado, eles se tornam absolutos, eles se sentem os senhores da vida e da morte de toda uma comunidade, uma vez que a ameaça da brutalidade das quadrilhas está sempre presente para garantir o seu poder. Além disso, fazer parte de uma das gangues do morro é a garantia de que ele terá proteção contra as arbitrariedades das demais quadrilhas.

Aliás, quadrilhas estas que impõem um verdadeiro regime de terror dentro de favelas como a Pedreira Prado Lopes. Isso porque é justamente a partir da junção do caráter violento, despótico e territorial das quadrilhas e dos exorbitantes ganhos financeiros trazidos pelo comércio de tóxicos que se consolidou nas favelas das grandes cidades a perversa dinâmica social que conhecemos hoje como “tráfico de drogas”. Tanto que, atualmente, aquilo que se convencionou chamar de “tráfico” é hoje uma das principais causas das mortes violentas registradas nos centros urbanos. Em Belo Horizonte, por exemplo, dados da Polícia Civil demonstram que aproximadamente 65% dos homicídios registrados possuem ligação direta ou indireta com o “tráfico de drogas” – a saber, as disputas entre as quadrilhas de traficantes, as cobranças de dívidas de drogas, etc. (Divisão de Crimes contra a Vida – DCCV / Polícia Civil, 2003).

Considerando os dados coletados e analisados na pesquisa, é possível concluir, também, que a existência das gangues da PPL está intimamente ligada à rotina e à logística do comércio de tóxicos e entorpecentes, sendo que a recíproca também é verdadeira. Esta ligação é tão forte, que fica muito difícil dissociar uma instância da outra. Nota-se, com muita clareza, que é em torno do tráfico de drogas e de sua sempre presente possibilidade de ganhos financeiros exorbitantes que as gangues organizam-se da forma como vemos hoje. Todo o caráter territorial, violento, despótico e belicista das gangues da Prado Lopes foi potencializado a partir do momento em que elas assumiram, naquela comunidade, a frente do comércio varejista de entorpecentes.

Além das mortes de pelo menos 90 pessoas na PPL, durante os últimos quatro anos, fato que constitui o lado mais visível de sua violência, o tráfico de drogas também acabou por desorganizar todos os poucos e ineficazes processos associativos e estruturas simbólicas instituídos naquela comunidade. Se, em um

primeiro momento, seu surgimento e sua consolidação foram facilitados pela desorganização social e estrutural da favela, em um estágio avançado de sua instalação, o tráfico acabou por inverter nesta dinâmica e passou a ser, ele próprio, fomentador desta desorganização e da falência das estruturas e instituições sociais presentes no aglomerado. Onde se instala, o tráfico corrompe policiais, destrói ou desestrutura associações comunitárias, escolas, famílias, igrejas e todos os valores e representações simbólicas que estão por trás destas instituições.

Na Pedreira, por meio da ameaça constante das armas de fogo, dos espancamentos, das violências arbitrárias e das execuções sumárias as quadrilhas cerceiam a liberdade das associações comunitárias, assim como limitam ou até impossibilitam o trabalho social que diversas outras entidades propõem-se a realizar. Para garantir o andamento eficiente do tráfico, os quadrilheiros acabam por submeter toda a comunidade ao seu domínio territorial, impedindo a livre circulação de pessoas por alguns pontos do aglomerado. Algumas famílias também chegam a ser expulsas de suas casas, porque vivem em pontos considerados estratégicos da favela. Muitos policiais que trabalham na PPL, por sua vez, acabam por ganhar a fama de corruptos e violentos, uma vez que constantemente são vistos aceitando dinheiro de traficantes e negociando pagamento de propinas para que os pontos de venda de drogas possam funcionar livremente, o que contribui sensivelmente para que a população local perca a confiança na única face que o Estado mostra na favela.

Nas escolas da Prado Lopes, o tráfico impede o trabalho de professores, muitas vezes chega a impedir o acesso de alguns alunos às aulas, promove rivalidades entre turmas e chega até mesmo a determinar o fechamento dos colégios, prática que é igualmente adotada com os pequenos comércios do morro e com o único posto de saúde existente na região. Enfim, pode-se concluir que, na Pedreira, as quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas conseguiram estabelecer um domínio territorial que mais se assemelha ao que era mantido pelos antigos barões feudais. Impotente, a população local não tem a quem recorrer.

Entretanto, o maior prejuízo trazido pela consolidação do tráfico de drogas na PPL não é de ordem prática ou cotidiana, mas, sim, moral e simbólica. Na Pedreira, a afirmação das gangues e de toda a sangrenta realidade do tráfico dissemina entre os jovens toda a sorte de valores inerentes a uma verdadeira subcultura da violência. O fortalecimento das quadrilhas ligadas ao comércio de tóxicos expõe todas aquelas crianças e adolescentes a um grande manancial de representações simbólicas pautadas por valores belicistas; coloca-os frente a frente com modalidades de relações interpessoais marcadas pelo machismo, pela imposição do mais forte, pela ameaça das armas de fogo, pelo culto a uma vida de excessos e pela subversão de todos os valores democráticos do associativismo popular.

Devido ao contato diário com os traficantes, cresce entre os jovens da Prado Lopes uma visão negativa do trabalho humilde e assalariado, em contraposição à valorização do ganho rápido e fácil do tráfico de drogas. Causa fascínio o estilo de vida desregrado e emocionante dos quadrilheiros. Para os jovens da PPL, o traficante acaba sendo aquele que tem acesso às melhores roupas, às mais belas mulheres da favela e ao respeito temeroso de toda uma comunidade. O traficante será aquele que, na maioria das vezes, não precisará temer uma abordagem violenta da polícia. Será aquele que não precisará se submeter aos desmandos e arbitrariedades das quadrilhas. Para muitas crianças e adolescentes da favela, a figura do traficante emana poder, força, masculinidade, capacidade de tomar o destino nas próprias mãos e fazer dele o que bem entender. Ao contrário do exemplo paterno que vem de dentro de casa, que constitui a própria imagem da derrota, da sujeição, da humildade, da subserviência e da incapacidade fundamental de se impor enquanto macho, como ressalta, em seu estudo, Zaluar (1994).

A disseminação dos valores violentos e machistas do tráfico e das gangues incute na cabeça dos jovens uma definição estereotipada de honra masculina, segundo a qual não pode haver ofensa sem uma resposta. E, na imensa maioria das vezes, a resposta é a agressão, a humilhação e muitas vezes a ameaça ou até mesmo o uso da arma de fogo. Esta estrutura simbólica machista do revide deteriora a capacidade de discernimento e julgamento dos jovens, que passam a não analisar mais uma determinada ação sob o prisma do certo ou do errado. Nenhuma ação é julgada por si só como má, criminosa ou errada. O ato de matar, agredir ou roubar, por exemplo, passa a ser julgado segundo os padrões morais da subcultura vigente no local. Entre os jovens da PPL, por exemplo, é bastante comum não ser considerado um criminoso aquele rapaz que vinga a morte de um parente. Dentro de uma subcultura machista e violenta, o uso de recursos violentos é plenamente justificável como elemento de manutenção da honra do macho.

Portanto, muitos indícios revelados nesta pesquisa nos levam a concluir que, se em um primeiro momento a violência das gangues acabou por permear todos os aspectos práticos da vida na Pedreira, no estágio atual, a consolidação da dinâmica perversa do tráfico de drogas vem sendo incorporada ao cotidiano dos jovens daquela comunidade, a ponto de institucionalizar entre eles uma verdadeira subcultura da violência. Os valores, as estruturas simbólicas e as representações coletivas das gangues e do tráfico vêm-se disseminando de tal forma entre crianças e adolescentes, que todas as suas atrocidades, suas arbitrariedades e inversões de valores já passaram a ser aceitos como perfeitamente naturais entre muitos deles. Instalada na PPL por meio da brutalidade das quadrilhas, a estrutura perversa do tráfico de drogas já começa a se constituir como agência de socialização que concorre diretamente com as famílias do aglomerado.

Dentro das gangues, cada vez mais crianças começam a se pautar por uma cultura machista, belicista sectária e antidemocrática. A força das armas e a intimidação das gangues começam, aos poucos, a substituir o poder da palavra, da negociação e dos princípios mínimos de civilidade. Na Pedreira Prado Lopes, a dinâmica do tráfico de drogas seduz as crianças, brinca com suas fantasias, subverte toda a estrutura de valores personificados por instituições como família, escola e igreja. O tráfico intimida e corrompe agências governamentais, faz surgir na favela uma autêntica subcultura do gueto, contrária a todos os pressupostos do livre associativismo comunitário. Se, em um primeiro momento, as gangues e o tráfico conseguiram se instalar na PPL, porque lá encontraram um cenário de completa desestruturação socioeconômica, no estágio atual, este processo se potencializou. Como um mecanismo que se retroalimenta, hoje em dia é a brutalidade das gangues e a dinâmica do tráfico que configura o cenário adequado para se corromper, intimidar, desorganizar e subverter valores ou instituições de socialização e de controle como família, igrejas, escolas e associações de bairro.

A Pedreira Prado Lopes está hoje sob o domínio do tráfico de drogas e das gangues ligadas à sua exploração. Todos os aspectos da sua vida comunitária estão impregnados pela violência das quadrilhas, por suas disputas territoriais e pelos seus valores antidemocráticos, despóticos e belicistas. Está sendo criada uma geração de crianças e adolescentes que nunca soube o que é viver em uma comunidade sem medo, sem mortes, sem confrontos armados. Uma geração que fala as gírias do tráfico, que opera com representações simbólicas do tráfico, que compartilha todos os valores violentos das quadrilhas e, mais do que isso, que começa a enxergar nas gangues uma alternativa viável para a falta de perspectivas socioeconômicas às quais eles estão fadados desde o nascimento.

Justamente por isso, qualquer política pública que se disponha a tentar solucionar este problema não poderá lidar apenas com aspectos estruturais ou legais. Muito mais do que simplesmente combater as quadrilhas por intermédio de um trabalho de repressão qualificada – intervenção infinitamente mais trabalhosa e precisa do que as sempre violentas, arbitrárias e corruptas “ocupações” ou “incursões” – será preciso lidar com aspectos simbólicos, arquitetônicos, culturais, educativos, econômicos, urbanísticos e estruturais da Pedreira.

Voltando nosso olhar para aspectos eminentemente sociais e tomando como base a análise feita em capítulos anteriores, concluímos que é preciso intervir de forma a promover o resgate de instituições como a família, as escolas, as associações comunitárias, as igrejas, os clubes esportivos e recreativos, a fim de estimular o fortalecimento de instâncias de socialização e vigilância informal.

Durante a realização desta pesquisa na Pedreira, observamos que existem associações comunitárias bastante dedicadas a realizar seu trabalho na favela, mas

elas não conseguem mobilizar os moradores em torno de questões referentes à própria Pedreira. Isso significa dizer, portanto, que os moradores não chegam ao ponto de colaborar com os traficantes, mas também não fazem praticamente nada de efetivo para reprimir sua atuação. Justamente por ser tão desmobilizada, a comunidade da PPL nunca se envolve diretamente em nenhuma iniciativa que pretenda a desestruturação das quadrilhas. Desta maneira, seria extremamente necessário desenvolver na Prado Lopes um trabalho de fortalecimento de instituições primárias de sociabilidade e socialização. Até mesmo para dar sustentação local a qualquer iniciativa de combate ao tráfico de drogas que venha a ser tentada.

É necessário também recuperar a pouca ou quase nenhuma confiança que a população deposita no trabalho policial. É fundamental mudar a imagem violenta e corrupta que a polícia adquiriu no morro, não injustamente, diga-se de passagem. As constantes ocupações militares da Pedreira, sempre realizadas para satisfazer as cobranças esporádicas da imprensa, fizeram com que a população da PPL percebesse a falta de interesse da polícia em realmente tirar de circulação os verdadeiros traficantes da favela. Nestas grandes operações, sempre são presos rapazes que ocupam funções menores no tráfico e apreendem-se sempre pequenas “buchas” de drogas e algumas armas velhas. Por omissão, vazamento de informações ou até mesmo conivência, nunca se chega aos grandes criminosos. Criminosos estes que são vistos diariamente nas ruas da favela, conversando tranquilamente com os mesmos policiais que sempre participam destas ocupações.

Os dados coletados e analisados durante a elaboração desta pesquisa deixaram muito claro que é preciso fortalecer não o poder de fogo das polícias, mas sim seu poder de inteligência e investigação, para que elas passem finalmente a realizar um trabalho de repressão efetivamente qualificado. É preciso, enfim, fazer com que as polícias se pautem por uma intervenção mais precisa e menos truculenta. Até porque durante a realização desta pesquisa, foram colhidos vários relatos de torturas, extorsões, humilhações, invasões de domicílio e até mesmo vandalismo praticados por policiais. Fato é que a população da Pedreira não confia na polícia, seja ela Civil ou Militar. E a partir do momento em que a comunidade não acredita na integridade do único braço do Estado que sobe à favela, qualquer iniciativa que se proponha a solucionar o problema da violência e da criminalidade na PPL estará irreversivelmente fadada ao fracasso.

É necessário, portanto, recuperar a auto-estima e o sentimento de unidade daquela população, para que ela se torne, pela primeira vez em toda a sua história, uma comunidade de fato. Com uma atuação efetivamente positiva, é fundamental apagar do imaginário da comunidade a imagem corrupta, despreparada, violenta e oportunista que por lá adquiriu não apenas a polícia, mas todas as instâncias do Estado. Por mais simplista e óbvia que esta conclusão possa parecer, não há como

deixar de dizer que será preciso que o Estado entre na Pedreira Prado Lopes. Não com as armas e a violência da polícia, como tem feito há décadas sem alcançar qualquer resultado, mas com a real intenção de promover ali a cidadania, o associativismo, a participação popular e a dignidade humana em seu sentido mais amplo.

Notas:

- ¹ Apesar de a PPL figurar entre as seis favelas mais violentas da capital há pelo menos seis anos, no ano de 2004 o aglomerado apresentou estatísticas de violência e criminalidade bem superiores às que costumava registrar em anos anteriores. Por exemplo: entre 1998 e 2002, 28 pessoas foram assassinadas na favela. Número bastante inferior aos 60 homicídios cometidos em 2004. Como será demonstrado mais adiante, o grande número de mortos na Pedreira durante o ano de 2004 deveu-se à instauração de um conflito armado de grandes proporções entre as quadrilhas de traficantes daquela favela.
- ² Adorno (1999); UNODCCP (2003) ; Social Watch (2004), entre outros.
- ³ Coelho (1978); Paixão (1990); Beato e Reis (2000); Sampson *et al.* (1997); entre outros Citar alguns exemplos desses estudos.
- ⁴ Shaw e Mckay (1942); Bursik (1988); Morenoff *et al.* (2001); Sampson *et al.* (1997); entre outros.
-

Referências

- ADORNO, Sérgio. Precocious delinquency: young people and gangs in São Paulo (Brazil). *Annual Meeting of the American Anthropological Association*. Chicago, USA. September 1999.
- AKERS, Ronald L. *Social learning and social structure: a general theory of crime and deviance*. Boston: Northeastern University Press. 1998.
- ANDERSON, Elijah. The code of the streets. *The Atlantic Monthly*, v. 273, 5, May, 1994.
- BEATO, Cláudio *et al.* Programa fica vivo: ações simples, resultados efetivos. *Informativo Crisp*, ano 1, 5, fev. 2003.
- BEATO, Cláudio *et al.* Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, 17. Rio de Janeiro, 2001.
- BEATO, Cláudio, REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. *In: Henriques, Ricardo (organizador). Desigualdade e pobreza no Brasil*. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. Dezembro, 2000.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora Hucitec. São Paulo, 1993. MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Educação e Contemporaneidade*, número temático sobre Qualificação e Informalidade, n. 2, 1997.
- MORENOFF, Jeffrey D., SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. *Criminology*. v. 39, 3, 2001.
- O GLOBO. *Guerra do tráfico aterroriza moradores*. Primeiro Caderno, 08/07/04. O GLOBO. *Como nascem os bárbaros*. Caderno Especial, 04/07/04.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Escritório contra drogas e crime (UNODDCP). *Diagnóstico da criminalidade no Brasil: Homicídios*. UNODCCP, 2004

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE/O.M.S. *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. Organização Mundial de Saúde. Genebra, 2002.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *A violência urbana e a Sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens e...* Religião e Sociedade. Janeiro, 1990.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. *Análise e conjuntura*. V. 8, 3, set/dez. Belo Horizonte, 1991.
- PUTNAM, R. D.. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*. V. 4, 13, 1993.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Relatos orais do "indivizível" ao "dizível"*. *Ciência e cultura*. São Paulo, 39, 1987.
- REISS, Albert J. Why are communities important in understanding crime? In: TONRY, Michael and REIS, Albert J. *Communities and Crime. Crime and Justice*. University of Chicago Press. V. 8, 1986.
- RAMOS, Sílvia, LEMGRUBER, Julita. *Brazil: Urban violence, public safety policies and responses from civil society*. In: *Social Watch Annual Report-2004*. Social Watch, 2004.
- SAMPSON, Robert J., GROVES, Byron W. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. *American Journal of Sociology*. V. 94, n. 4, January, 1989.
- SAMPSON, Robert J., MORENOFF, Jeffrey D., EARLS, Felton. Beyond social capital: spatial dynamics of collective efficacy for children. *American Sociological Review*. V. 64, October, 1999.
- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W., EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: a multi-level study of collective efficacy. *Science Magazine*. V. 277, 15 August, 1997.
- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W. *Disorder in Urban Neighborhoods: Does It Lead to Crime?* National Institute of Justice – Research in Brief. February, 2001.
- SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W. Systematic social observation of public spaces: a new look at disorder in urban neighborhoods. *American Journal of Sociology*. V. 105, 3, November, 1999.
- SCHWARTZ, Morris S. e SCHWARTZ, Charlotte Green. Problems in participant observation. *The American Journal of Sociology*. V. LX, 4. University of Chicago, 1955.
- SHAW, Clifford R., MCKAY, Henry D. *Juvenile delinquency and urban areas*. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1942.
- SHORT, J.F., STRODBECK, F.L. *Group processes and gang delinquency*. University of Chicago Press, 1965.
- SHORT, J. F. The level of explanation problem in Criminology. In: *Theoretical methods in Criminology*. Beverly Hills, CA, 1985.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.
- SPERGEL, Irving. *Youth gangs: an Essay Review*. Social Service Review. University of Chicago, 1992.
- SPERGEL, Irving A., CURRY, David G., CHANCE, Ron, KANE, Candice, ROSS, Ruth E., ALEXANDER, Alba, RODRIGUEZ, Pamela, SEED, Deeda, SIMMONS, Edwina, OH, Sandra. *Youth gangs: problem and response*. School of Social Service Administration, University of Chicago. University of Chicago Press. 1991.
- TAYLOR, Raph B., HARRELL, Adele V. *Physical environment and crime*. National Institute of Justice, January, 1996.
- THRASHER, Frederic M. *The Gang: A study of 1.313 gangs in Chicago*. The University of Chicago Press, January, 1927.

- URBEL. Plano Global Específico da Pedreira Prado Lopes. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/PBH. 1998.
- UNODCCP. *Brasil 2003: Perfil de País*. Escritório das Nações Unidas contra drogas e crime. Brasília, 2003.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Gerth & Mills, Oxford Press. 1946.
- WEISEL, Deborah Lamm. The evolution of street gangs: an examination of form and variation. In: *Responding to gangs: evaluation and research*. U.S. Department of Justice, 2002.
- WILSON, James Q., KELLING, George L. Broken windows: The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, v. 249, 3, March, 1982.
- WOLFGANG, Marvin E., FERRACUTI, Franco. The subculture of violence: an interpretative analysis of homicide. *Annales Internationales de Criminologie*. 1º Semestre, 1962.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Editora Revan. UFRJ Editora. Rio de Janeiro, 1994.

Repositórios Oficiais

Editora Lex: Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Federais

Editora Síntese: Síntese Trabalhista, Administrativa e Previdenciária, Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, Revista de Direito Civil e Processual Civil e Revista de Estudos Tributários

Editora Fórum Administrativo: Revista Fórum Administrativo

Editora Juruá: Revista de Jurisprudência Brasileira Civil e Comércio

Editora IOB: Repertório de Jurisprudência IOB

Editora Forense: Revista Forense

Editora LTR: Revista de Previdência Social–RPS

Editora Revista dos Tribunais: Revista dos Tribunais, Revista de Processo, Revista de Direito Privado, Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, Revista de Direito Ambiental, Revista de Direito do Consumidor, Revista Brasileira de Ciências Criminais e Revista Tributária e de Finanças Públicas.

*De acordo com a Instrução Normativa IN-19-01 de 20/11/97.